



RELATÓRIO ANUAL EXERCÍCIO DE 2021



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1 DIST. GEOGRÁFICA DOS EMP. DAS PATRO. PART. E NÃO PART. DOS PLANOS E AUTO.	18
2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	23
3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA	29
4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	33
5 PLANO DE BENEFÍCIOS II - CODEPREV	39
6 PLANO DE BENEFÍCIOS III - SALDADO	51
7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	57

CONSELHO FISCAL TITULARES:

Rita Ramos Damasceno (Presidente)
Lindomar Leitão de Assis
José Carlos Diniz
Henrique Guelber Barros

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Geraldo Dayrell – Diretor-Superintendente
Sérgio Paulo de Miranda – Diretor de Benefícios
Marcos André Prandi – Diretor de Finanças

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Diretorias da São Francisco

CONSELHO DELIBERATIVO TITULARES:

Maurício Pietro da Rocha (Presidente)
Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira
Demétrios Pascoal de Almeida Rocha
Cícero Aldemi Leôncio de Sousa
Tania Maria Nunes de Almeida
José Ribamar Cantanhede



APRESENTAÇÃO

Os Administradores da São Francisco, em cumprimento às atribuições estatutárias e no firme propósito de dar transparência as atividades desenvolvidas e aos resultados alcançados, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI). Este Relatório foi elaborado pelas áreas operacionais da São Francisco em conformidade com as disposições constantes na Resolução CNPC Nº 32, de 04 de dezembro de 2019, no que se refere a divulgação, acompanhamento, avaliação e prestação de contas da Diretoria Executiva da São Francisco à Patrocinadora, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e aos Participantes Ativos e Assistidos dos Planos de Benefícios.

As informações do Relatório estão alinhadas ao que dispõe a Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial quanto aos seguintes artigos:

Art. 7º: A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.

Parágrafo único. A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.

Art. 16. Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a

propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.

Art. 17. Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.

Parágrafo único. A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.

Em consonância com os princípios e práticas de governança, o RAI foi estruturado de forma a demonstrar os resultados dos Planos de Benefícios e prestar contas das atividades desenvolvidas aos seus stakeholders, bem como fornecer subsídios ao Conselho Deliberativo com vistas a definição de diretrizes e orientações gerais de organização, operação e administração dos Planos de Benefícios. No Relatório são exibidas informações sobre os investimentos; demonstrações

contábeis; rentabilidade dos planos de benefícios; despesas administrativas e outras consideradas relevantes. Sempre que possível, emprega-se a comparação do apurado no trimestre de referência, com o trimestre do exercício imediatamente anterior e, em algumas situações, com mais de um exercício.

A exemplo de 2020, o ano de 2021 foi também desafiador para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar em virtude dos impactos provocados pela pandemia da Covid-19, dessa vez com duas fortes variantes: Delta e Ômicron. As medidas de cunho social e econômicas adotadas pelas diversas esferas governamentais afetaram diretamente todos os segmentos produtivos da economia brasileira, impactando de forma acentuada a economia mundial e os ativos de investimentos de curto e longo prazos, comprometendo os resultados atuariais.

Diante do ineditismo do momento, a São Francisco buscou se aproximar dos seus participantes reforçando os canais de comunicação, elaborando vídeos institucionais, realizando palestras para os empregados da patrocinadora e implementando melhorias no site e no portal dos participantes.

Visando facilitar o entendimento, visualizar tendências e eventuais desvios em relação as metas, foram construídos indicadores, os quais buscam proporcionar aos leitores uma interpretação das informações transmitidas pelos dados disponibilizados.



Resumidamente, destacamos, por segmento, alguns resultados e ações realizadas no ano de 2021:

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conforme o Estatuto, a FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO mantém sua estrutura de governança composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Em caráter consultivo, a Fundação também dispõe do Comitê de Investimentos e Comissão de Riscos de Investimento.

A SÃO FRANCISCO tem por missão:

“Administrar soluções previdenciárias com segurança e transparência de forma a garantir recursos financeiros para pagamento das obrigações contratadas pelos participantes”.

Atenta às melhores práticas de Governança, os administradores da SÃO FRANCISCO têm desenvolvido esforços no sentido de implementar e observar de forma contínua as determinações dos órgãos reguladores a exemplo da Resolução CNPC 32, de 4 de dezembro de 2019, Instrução Normativa PREVIC 33, de 23 de outubro de 2020, Instrução Normativa PREVIC 34, de 28 de outubro de 2020 e em especial a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Com o objetivo de habilitar a São Francisco a aderir ao Código de Boas Práticas de Governança e Investimentos da ABRAPP, o ano de 2021 foi marcado pelos esforços de modernização das práticas administrativas. Em conjunto com a consultoria JCM foram elaborados o Planejamento Estratégico, Mapeamento dos Principais Processos de Trabalho e Implementação de Sistema de Gestão dos Riscos Corporativos. Iniciou-se também no exercício em referência, processo eleitoral de escolha de novos membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da São Francisco.

COMUNICAÇÃO

A direção da SÃO FRANCISCO tem procurado aperfeiçoar continuamente os canais de comunicação com os participantes em atendimento ao que dispõe a Resolução CNPC 32/2019. Destacam-se o portal dos participantes, a nova página eletrônica, as notas e comunicados diversos, em especial sobre os resultados dos investimentos. O canal 0800 foi ampliado para uso de envio de mensagens pelo WhatsApp pelo participante.

No ano de 2021, a São Francisco, em conjunto com a Gerência de Gestão de Pessoas da Codevasf, realizou inúmeras palestras voltadas aos candidatos aprovados no concurso público que estão sendo convocados sobre o benefício oferecido pela patrocinadora "previdência complementar", com foco em educação financeira e previdenciária. Destacam-se ainda a realização de aperfeiçoamentos no layout da página eletrônica da Fundação, a criação do canal de ouvidoria e a nomeação da figura do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), em atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

MELHORIA DOS PROCESSOS E RELACIONAMENTO COM OS PARTICIPANTES

O "Portal do Participante" continua se destacando como a principal ferramenta de troca de informações entre a SÃO FRANCISCO e seus participantes ao oferecer uma série de informações e serviços: contracheque, atualização de dados cadastrais, extrato de reserva de poupança e de cotas, informe de rendimentos, dentre outros. Com a implementação do trabalho remoto, dificuldade de deslocamentos e riscos envolvidos com a pandemia esse canal se tornou o principal veículo utilizado para atendimento dos participantes e suas famílias. A área de benefícios continua a criar janelas de atendimento que em breve estarão em funcionamento.

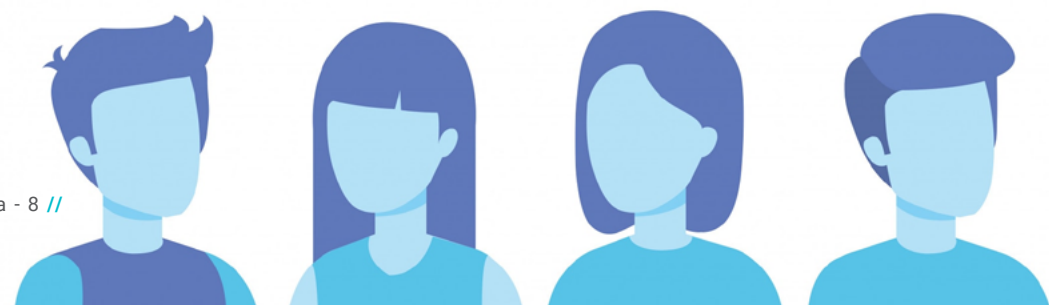
Foi também disponibilizado no portal um simulador de aportes ao Plano Codeprev, onde os interessados em aderir a este Plano de Benefícios têm a possibilidade de elaborar cenários de investimentos que estejam mais adequados a realidade financeira de cada um.

No ano de 2021, o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (CloudDocs) foi consolidado possibilitando segurança ao acervo documental dos participantes, agilidade na localização e trâmite de documentos entre os setores de forma eletrônica, redução de gastos com material de escritório, facilitou e agilizou a localização e o acesso a documentos forma remota.

Dúvidas e dificuldades dos participantes não contempladas no Portal, foram plenamente solucionadas e esclarecidas por meio de atendimento telefônico e de e-mails. Foram aproximadamente 1.000 e-mails recebidos e prontamente respondidos, mantendo assim a qualidade do relacionamento com o Participante que sempre foi característica marcante da SÃO FRANCISCO.



WWW.FRANWEB.COM.BR



BENEFÍCIOS/ PREVIDENCIÁRIO

No ano de 2021 concluiu-se a implantação de Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, com o atingimento da meta de digitalizar todo o acervo documental dos participantes. Quanto aos aspectos relacionados às premissas atuariais revistas no final de 2020 e vigentes no exercício de 2021, temos que, para o Plano I – BD, foram revisadas a Composição Familiar de Benefícios Concedidos, que foi atualizada com base no cadastro atual de dependentes e a Taxa Real de Juros, que passou de 4,20% ao ano para 5,15% ao ano, compatível com as projeções realizadas pela consultoria especializada que presta serviços à São Francisco, devidamente atestada pelo AETQ; para o Plano III – Saldado, foi revista a Composição Familiar de Benefícios Concedidos, que foi atualizada com base no cadastro atual de dependentes. O principal patrocinador do Plano I – BD fez aportes no montante de R\$ 3,9 milhões a título de ajuste de contribuição no ano de 2021.

Em dezembro de 2021 foram revisadas as premissas atuariais para vigor no exercício de 2022. Para o estudo das tábuas de mortalidade, foram utilizados os dados da massa fechada em 31/12/2015 de todos os expostos ao risco analisado do

grupo consolidado do Plano de Benefícios I e do Plano de Benefícios III Saldado (aposentados válidos e pensionistas vitalícios válidos) e as ocorrências de cada evento (mortes de válidos) 2020 e, importante destacar, que em função do número considerável de óbitos ocorridos no ano de 2021, foi pedido pela São Francisco ao atuário que considerasse também para análise a massa fechada em 31/12/2016 para o período até 31/10/2021, ou seja, que fosse analisado mais 5 anos.

A Tábua de Mortalidade Geral vigente é a SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (ponderada 50,3% masculina + 49,7% feminina) agravada em 8%. Foram testadas pelo atuário 7 outras Tábuas de Mortalidade Geral, que concluiu pela alteração para a Tábua de Mortalidade Geral SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (ponderada 54% masculina + 46% feminina) agravada em 13%, por ter apresentado relação média entre Reserva Esperada e a Reserva Observada maior que 1,0000 e mais próxima de 1,0000 e por não ter sido rejeitada no Teste Estatístico pelo Método Qui-Quadrado.

A consequência da adoção da Tábua de Mortalidade Geral SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (ponderada 54% masculina + 46% feminina) agravada em 13%, foi:



PLANO BD I

Redução das provisões matemáticas, na posição de 31/10/2021, em aproximadamente R\$ 5,5 milhões;

PLANO SALDADO III

Redução das provisões matemáticas, na posição de 31/10/2021, em aproximadamente R\$ 4,5 milhões.

Foram ainda revisadas, para 2022, a Taxa Real de Juros, que passou de 5,15% para 5%, e o Fator de Capacidade, que passou de 98% para 97,24% do Plano BD I. Mesmo estudo foi desenvolvido para o Plano III Saldado cuja taxa Real de Juros passou de 4,2% para 4,5% e o Fator de Capacidade de 98% para 97,24%.

Ao término do exercício de 2021, o Plano BD I apresentou um superavit técnico acumulado de R\$ 4,4 milhões e o Plano III Saldado um superavit técnico acumulado de R\$ 7,4 milhões.

Com relação ao quadro de participantes, em virtude da convocação dos aprovados no concurso público pela patrocinadora, destaca-se um significativo número de novas adesões ao Plano de Benefícios Codeprev. Quanto ao Plano Saldado, não obstante a grande quantidade de empregados ativos que já cumpriram as carências de idade e tempo de contribuição, o número de concessão de benefícios tem se mantido num patamar baixo. Os participantes continuaram sendo atendidos nas suas solicitações e os assistidos e pensionistas receberam seus pagamentos criteriosamente conforme estabelecido no cronograma.

Durante o ano de 2021, foram computados os seguintes eventos nos Planos de Benefícios: Codeprev – 81 novas inscrições, 8 cancelamentos, 1 pagamento de resgate de contribuições de participante cancelado, 3 concessões de aposentadoria normal, 1 concessão de benefício por incapacidade do trabalho, 1 concessão de pensão por morte de participante ativo e a manutenção de 7 participantes na condição de autopatrocinados; Plano de Benefícios Definido I - encerramento de 20 benefícios de suplementação de aposentadoria, encerramento de 14 benefícios de suplementação de pensão por motivo de falecimento, concessão de 10 benefícios de suplementação de pensão por morte, 3 desbloqueios de aposentadoria e 2 desbloqueios de pensão por morte após atualização cadastral; Plano Saldado – 2 concessões de aposentadoria normal, 2 pensões por morte de participante ativo, 1 suplementação de aposentadoria por invalidez e 1 concessão de benefício por morte de assistido.

Quanto ao quarto trimestre de 2021, foram computados os seguintes eventos nos Planos de Benefícios: Codeprev – 33 novas inscrições, 2 cancelamentos de inscrição, 1 pagamento de resgate de contribuições de participante

cancelado e a manutenção de 7 participantes na condição de autopatrocinados; Plano de Benefícios Definido I - encerramento de 2 benefícios de suplementação de aposentadoria, a concessão de 2 benefícios de suplementação de pensão por morte, 5 encerramentos de suplementação de pensão por morte e 1 desbloqueio de aposentadoria após atualização cadastral; Plano Saldado – não houve nenhuma movimentação no trimestre.

INVESTIMENTOS

Em síntese os Planos de Benefícios administrados pela SÃO FRANCISCO apresentaram os seguintes resultados no Quarto Trimestre de 2021:

PLANO DE BENEFÍCIOS I (BD)

A rentabilidade do plano registrada no 4º Trimestre foi negativa de (0,79%), contra uma meta atuarial registrada no período (INPC com defasagem + 5,00% a.a.) que atingiu 4,50%. A baixa performance foi motivada pelo fraco desempenho das carteiras no período analisado, com destaque para os Segmentos de Renda Variável e Imóveis, registrando rentabilidades negativas no trimestre de (11,46%) e (2,52%), respectivamente. Com este resultado no período analisado, a Rentabilidade Acumulada do Plano no ano foi positiva de 5,79%. Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+5,00% a.a.), que atingiu 16,48%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em 10,69 pontos-base.

5,79%

RENTABILIDADE EM 2021

PLANO DE BENEFÍCIOS I (BD)

1
ATIVO

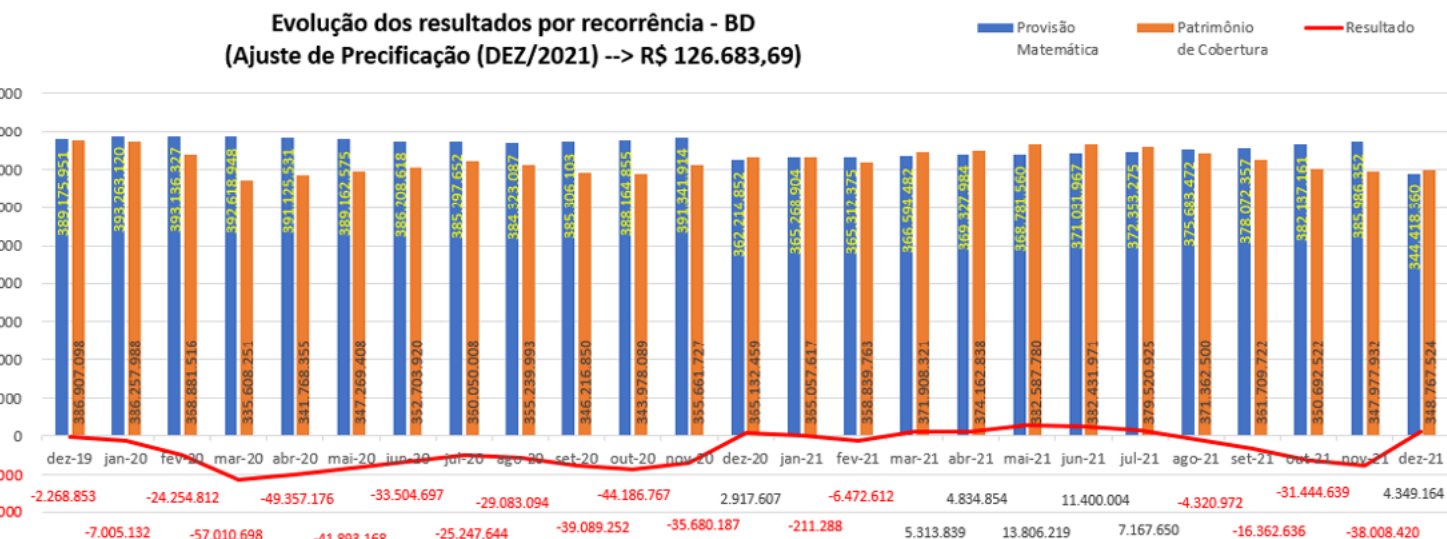
522

APOSENTADOS

260

PENSIONISTAS

Gráfico de resultados a seguir:



PLANO DE BENEFÍCIOS II (CODEPREV)

O Plano aberto as novas adesões, encerrou o ano de 2021 com 1014 participantes ativos, 8 aposentados e 3 pensionistas. A rentabilidade do Plano registrada no 4º Trimestre foi negativa em (1,99%), que descontada da Taxa Indicativa do período (INPC+ 3,50% a.a.) a qual atingiu 3,64%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do “Mínimo Indicativo” em 5,63 pontos-base. Com este resultado a rentabilidade acumulada no ano foi negativa de (1,95%), descontada a Taxa Indicativa registrada no período (INPC+3,50% a.a.), a qual atingiu 14,02%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo “Mínimo Indicativo” em 15,97 pontos-base.

-1,95%

RENTABILIDADE EM 2021

PLANO DE BENEFÍCIOS II (CODEPREV)

1014

ATIVOS

8

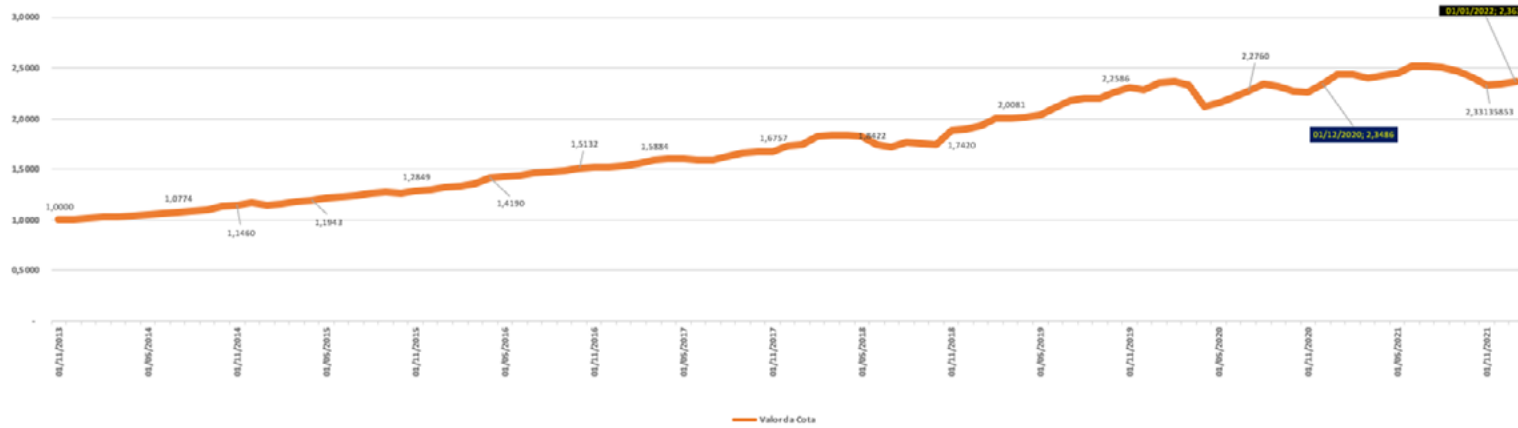
APOSENTADOS

3

PENSIONISTAS

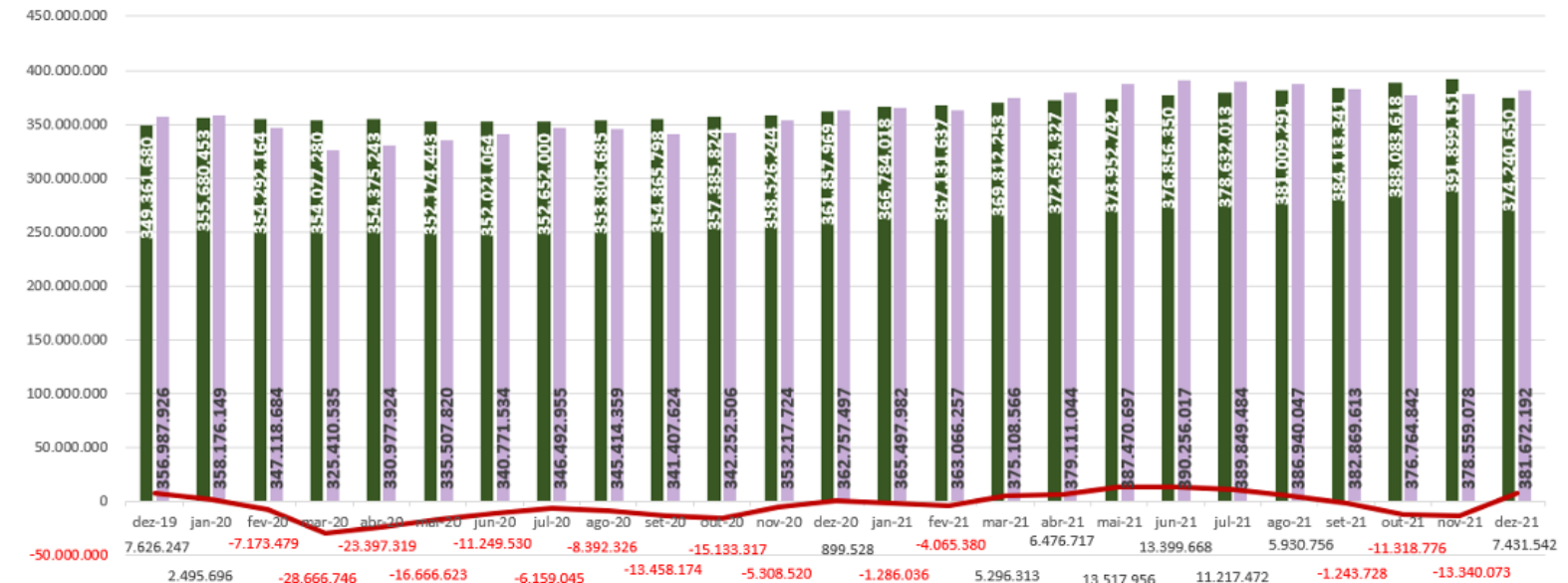
Gráfico de resultados a seguir:

Codeprev - Evolução do Valor da Cota



Evolução dos resultados por recorrência - Saldado

Ajuste de Precificação (DEZ/2021) --> R\$ 12.287.559,00



PLANO DE BENEFÍCIOS III (PLANO SALDADO)

O Plano encerrou o ano de 2021 com 220 participantes ativos, 100 aposentados e 8 pensionistas. A rentabilidade registrada no 4º Trimestre foi negativa em (0,02%), contra a meta atuarial registrada no período (INPC com defasagem + 4,50% a.a.) que atingiu 4,38%. A baixa performance foi motivada pelo fraco desempenho das carteiras no período analisado, com destaque para os Segmentos de Renda Variável e Imóveis, registrando rentabilidades negativas no trimestre de (10,97%) e (4,79%), respectivamente. Com este resultado no período analisado, a Rentabilidade Acumulada do Plano no ano foi positiva de 7,30%. Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+4,50% a.a.), que atingiu 15,95%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em 8,65 pontos-base.

7,30%
RENTABILIDADE
EM 2021

PLANO DE BENEFÍCIOS III (PLANO SALDADO)

220 ATIVOS **100** APOSENTADOS **8** PENSIONISTAS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Registrou rentabilidade negativa no 4º trimestre de 2021 de (2,69%). Descontada a Taxa de Referência (INPC + 4,28% a.a.) que atingiu 3,84%, o desempenho ficou abaixo do Mínimo Referencial em 6,53 pontos-base. Com esse resultado, a rentabilidade acumulada do Plano no ano foi negativa de (5,44%). Descontada a Taxa Referencial registrada no período (INPC+4,28% a.a.), que atingiu 14,88%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do "Mínimo Referencial" em 29,32 pontos-base, impactada pelos Segmentos de Renda Variável e Imobiliário (imóvel sede da Fundação), os quais registraram variação negativa acumulada no período de (12,99%) e (10,61%), respectivamente. Ressalte-se que, assim como nos demais planos, está consolidada a posição de não haver propriedades em imóveis, inclusive no PGA, decisão apoiada ainda na Resolução N° 4.661-CMN, de 25.05.2018.

-5,44%
RENTABILIDADE
EM 2021

GESTÃO FINANCEIRA DO PGA - O acompanhamento do custeio demonstrou que o total arrecadado, somado aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras do próprio PGA, não foram suficientes para cobrir todos os gastos. Em função disso, a gestão lançou mão do Fundo Administrativo, razão pela qual ficou registrado a reversão dele que, consolidado, registrou o valor de R\$ 2.036 mil. Individualmente, os movimentos em cada plano ocorreram da

Gráfico de resultados a seguir

seguinte forma: reversão de R\$ 1.018 mil no BD; constituição de R\$ 147 mil no Codeprev e reversão de R\$ 1.165 mil no Saldado. O Saldo consolidado do Fundo Administrativo do PGA encerrou o 4º trimestre de 2021 em R\$ 8.833 mil.

Visando enfrentar os desafios atuais e futuros, a SÃO FRANCISCO tem se empenhado em qualificar sua reduzida força de trabalho, investir em tecnologia e adotar boas práticas administrativas, na crença de que esse conjunto de atitudes contribuem com a sustentabilidade e a formação do conhecimento dos riscos do seu negócio.

O Relatório está estruturado por plano, na seguinte sequência: (i) Apresentação; (ii) Aspectos Gerais; (iii); Os Planos de Benefícios: I/BD; Plano II/CD-Codeprev e Plano III - Saldado; e, (iv) Plano de Gestão Administrativa-PGA.

A Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação São Francisco, empenhados em assegurar o fiel cumprimento dos compromissos previdenciários que marcaram a trajetória de 35 anos de existência desta instituição, desejam a todos uma ótima leitura!

Diretoria da São Francisco



1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS DAS PATROCINADORAS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DOS PLANOS E AUTOPATROCINADOS



FIGURA 1. Participantes Ativos

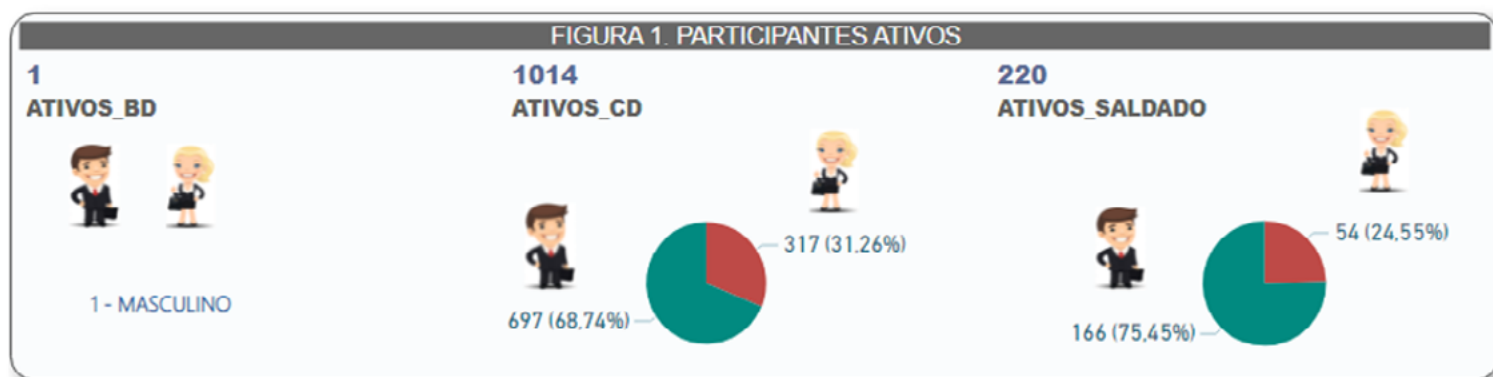
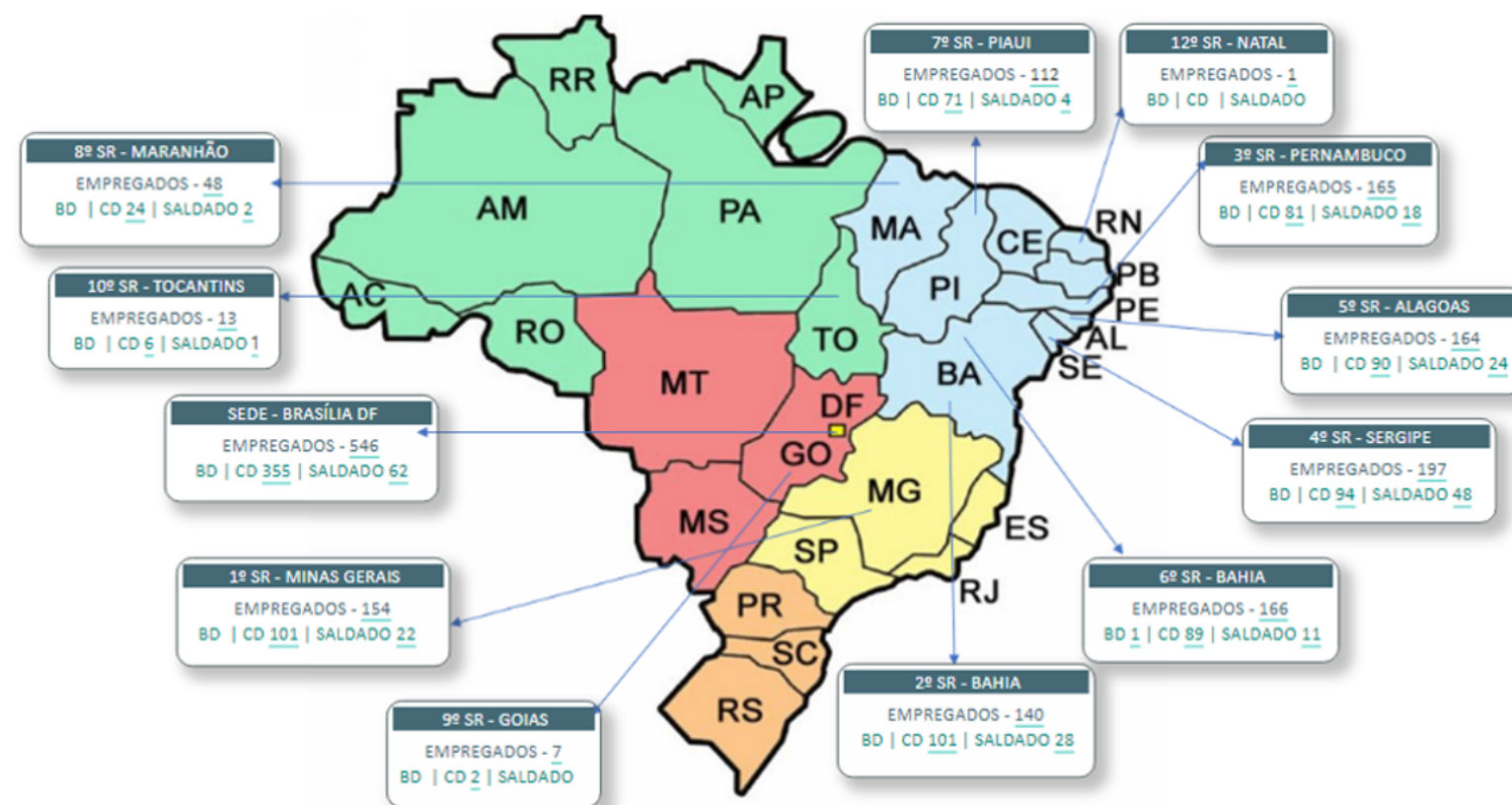


FIGURA 2. Distribuição por Superintendência



PLANO CODEPREV 4º TRIM/2021

33 INSCRIÇÕES

2 CANCELAMENTOS DE INSCRIÇÃO

1 RESGATE DE CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTE CANCELADO

FIGURA 3. Participantes Assistidos por Plano de Benefícios

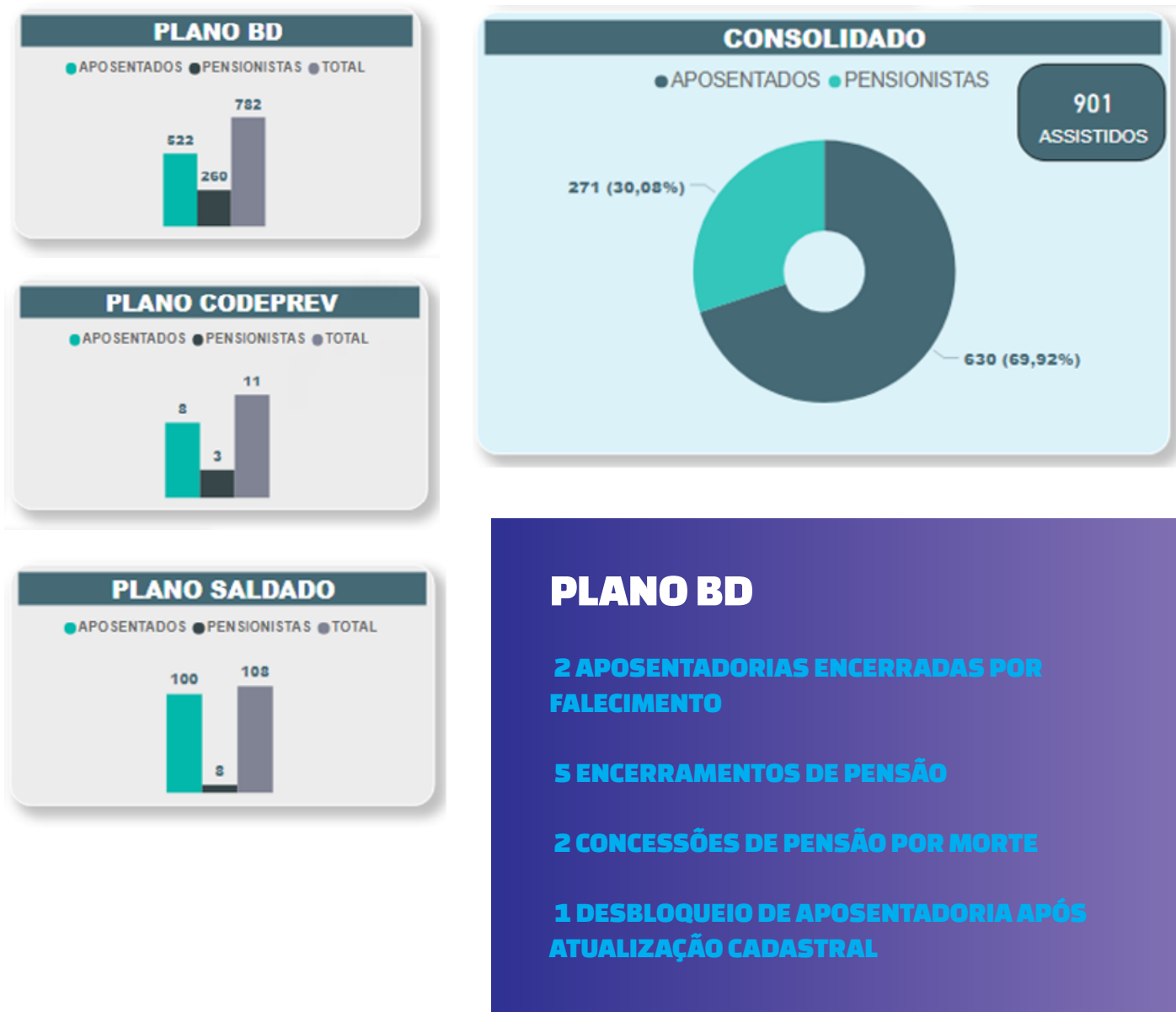


FIGURA 4. Participantes Assistidos dos Planos de Benefícios I, II e III

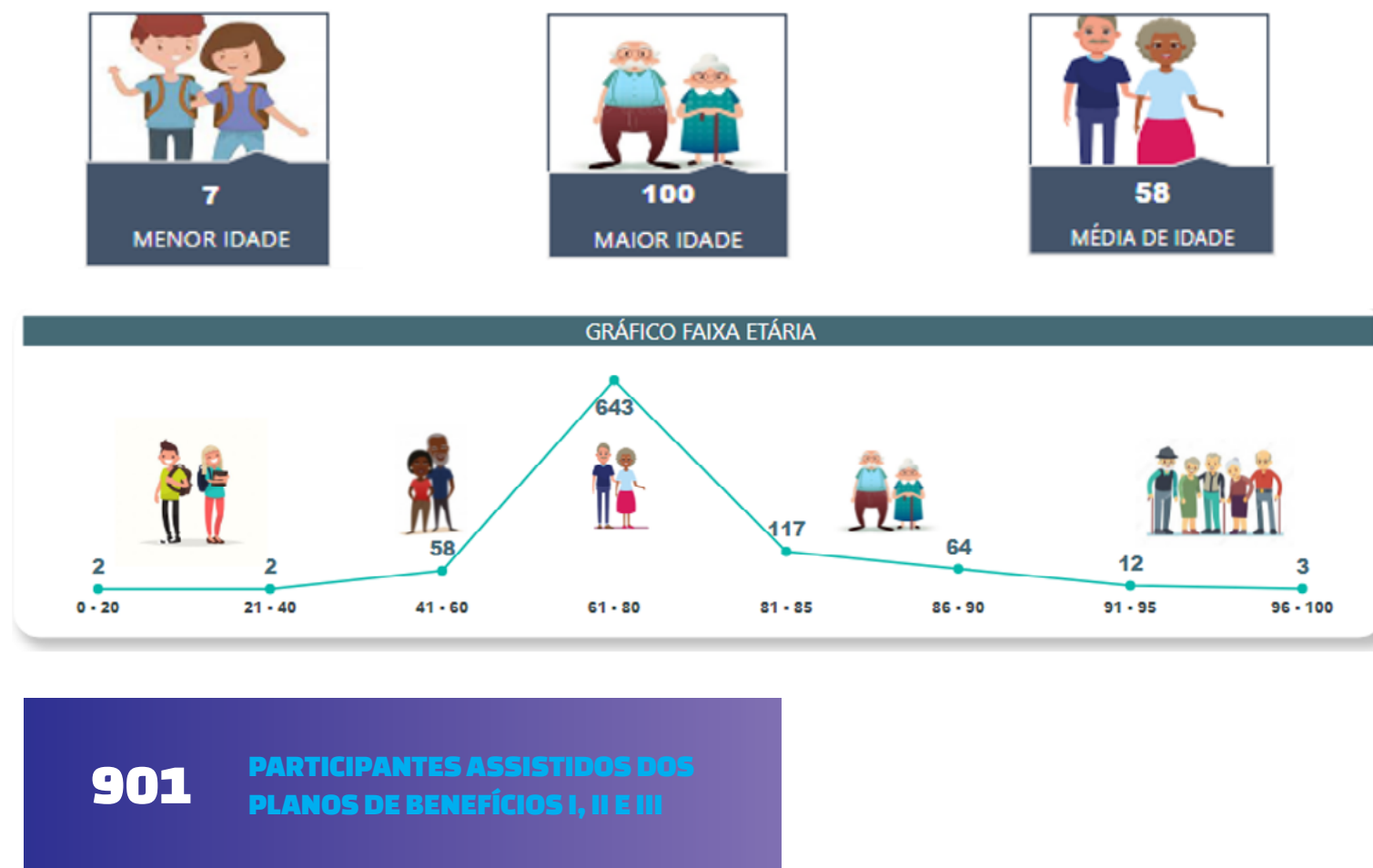


FIGURA 5. Distribuição de Assistidos por UF – Plano BD

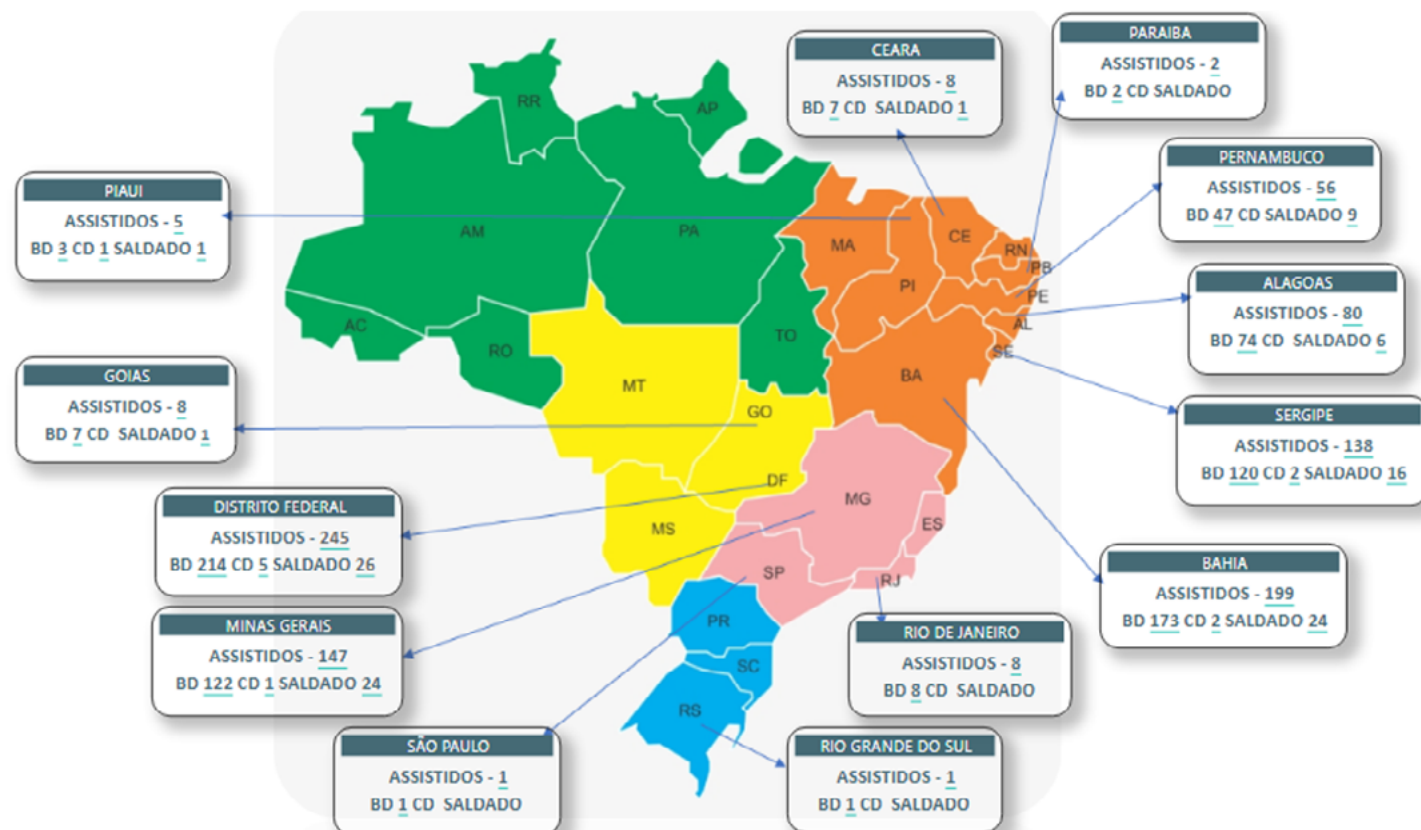
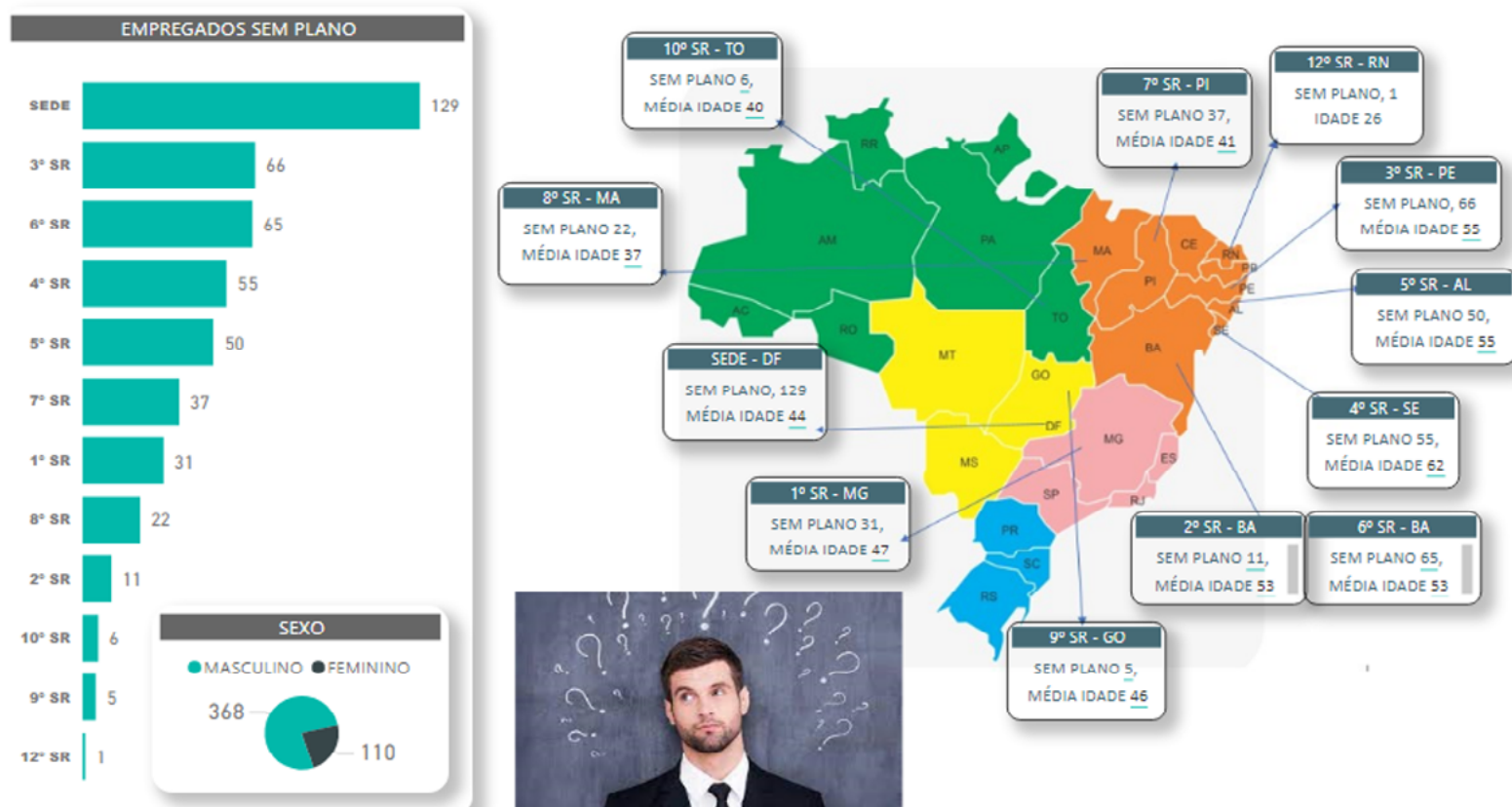


FIGURA 6. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR SR



2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

2.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

2.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o exercício de 2021, a economia brasileira, na essência dos seus resultados finais, foi mais uma vez prejudicada pelas medidas de isolamento crítico da Pandemia da Covid-19, na tentativa de frear a circulação e a contaminação da população. Como consequência direta, os indicadores macros ficaram acima, inclusive, das expectativas dos agentes formadores de opiniões: índice de desemprego elevado - 11,6% no trimestre encerrado em novembro de 2021, apesar de acumular no ano a geração de 2,9 milhões de empregos formais de janeiro a novembro; inflação alta - 10,06% acumulada em 2021 medida pelo IPCA, contra meta de 3,50%, com consequente alta dos juros, afetando diretamente os mercados financeiro e de capitais.

Em 2021 o país enfrentou o segundo ano consecutivo da Pandemia, com duas fortes variantes: Delta e Ômicron, as quais afetaram diretamente todos os segmentos produtivos da economia brasileira, impactando de forma

acentuada a economia mundial e os ativos de investimentos de curto e longo prazos. "Porém, as Contas Públicas brasileira (setor formado pela União, Estados e Municípios) encerraram o ano com um superavit de R\$ 64,4 bilhões, contra um déficit de R\$ 703,0 bilhões em 2020. O resultado, paralelamente, é o primeiro positivo das contas públicas desde 2013, correspondente a 0,75% do PIB, ante 9,4% de impacto registrados em 2020" - Fonte: Relatório das Estatísticas Fiscais-BACEN - 31.01.2022. Como veremos a seguir, a taxa de inflação registrada em 2021 alçando dois dígitos, consequentemente alterou de forma acentuada a meta atuarial, taxa indicativa e taxa de referência dos planos sob a gestão da Fundação São Francisco. Portanto, aliada a esta situação interna e as tentativas de maior controle de aversão ao risco no mundo, com destaque para os governos dos EUA e China, persistiu nos mercados financeiro e de capitais interno e externo, elevada volatilidade, tornando o ano de 2021, de forma contundente, extremamente desafiador para os gestores das EFPC's na busca incessante de remuneração do patrimônio dos participantes. O quarto trimestre foi, mais uma vez, caracterizado por diferentes fatos que alimentaram mês a mês as expectativas do mercado financeiro e de capitais no Brasil e no exterior:



OUTUBRO DE 2021:**MERCADO INTERNO:**

“Em outubro de 2021, mais uma vez na história deste país, os brasileiros são penalizados por políticas públicas erráticas, que afetam especialmente as classes mais baixas. No mês, o Governo Federal sinalizou a intenção de aprovar o novo Auxílio Brasil (atual Bolsa Família) no valor de 400 reais, bem acima do esperado pelo mercado, e para isto, propôs alterar as regras do Teto de Gastos. Esta manobra de alteração das regras não agradou o mercado, que interpretou o movimento como um rompimento do Teto de Gastos, e mais, criou precedentes para que o Teto seja rompido mais vezes no futuro, independentemente da regra vigente, trazendo enorme incerteza para os investidores. A intenção da classe política, seja ela qual for, vamos pressupor que seja ajudar as classes mais baixas, não se concretiza no médio e longo prazos. Primeiramente, o evento citado acima gerou um forte estresse no mercado brasileiro, os investidores agora cobram taxas de juros bem maiores para financiar o Brasil. E taxas maiores aumentam o pagamento de juros da dívida pública. Em um exercício simples, a cada 1 ponto percentual de aumento de juros, os gastos do país com a dívida aumentam aproximadamente 30 bilhões de reais. No começo de 2021, os investidores cobravam na média 4,50% para financiar o país, agora, está em média 11,50%, ou seja, aumento de 7 pontos percentuais, o que equivale a mais de 210 bilhões de reais a mais por ano no custo da dívida pública. A bola de neve só se intensifica, cada vez mais gastos, o mercado cada vez cobra mais juros. E não para por aqui, o juro alto é um potente freio para o consumo e para os investimentos, em especial, os de infraestrutura, ou seja, o país tende a crescer menos, e daí também arrecada menos, e, já sabemos o final, a

relação dívida ao que se arrecada aumenta. Um menor nível de investimento torna a indústria brasileira precária, vide o que vem acontecendo nos últimos anos, e a produção de bens e serviços fica estagnada, o que tende a gerar mais inflação. E é sabido que inflação é o pior e mais perverso dos impostos para as classes mais baixas, que perde seu poder de compra” - Fonte: I9Advisory-Resumo Econômico/Outubro de 2021.

MERCADO EXTERNO:

“Quanto ao mercado externo, a economia americana registrou no 3º Trimestre de 2021 crescimento de 2,00%, abaixo das expectativas de mercado, onde os agentes econômicos trabalharam com um índice de 2,7%. Os números da economia daquele país foram prejudicados pela menor produção de veículos, que impactou no crescimento em -2,4%, refletindo os desequilíbrios nas cadeias de produção de todo o mundo. Quanto a expectativa de crescimento, o mercado e o próprio FED (Banco Central Americano), reduziram cada vez mais as expectativas, refletindo os desequilíbrios transitórios que estão se arrastando mais que o esperado, o que traz mais inflação e consequentemente, pode forçar o FED a elevar os juros mais rápido do que se espera. Por outro lado, a inflação (CPI) acumulada até outubro de 6,2% acima das expectativas de mercado (5,9%), foi motivada pelo elevado preço dos combustíveis, carros novos e usados, reflexos das cadeias de produção desequilibrada” - Fonte: I9Advisory-Resumo Econômico /outubro de 2021.

NOVEMBRO DE 2021:**MERCADO INTERNO:**

“No Brasil, depois da tempestade observada em outubro, veio a calmaria, pelo menos momentaneamente. Os investidores por hora parecem se conformar com a péssima situação fiscal que o país se encontra, e aproveitaram para alocar em ativos relativamente baratos, em especial títulos públicos, que apresentaram excelentes rentabilidades no mês de novembro. Por aqui, o grande risco continua sendo o quadro fiscal, e, como estamos em uma situação um pouco mais delicada, uma nova variante (Ômicron), se não controlada, pode forçar o Governo Federal a entrar novamente em Estado de Calamidade, o que permitiria ainda mais gastos fiscais no curtíssimo prazo. Seguindo a mesma lógica dos demais países do mundo, a nossa inflação está em patamar perigoso, atingiu 10,67% nos últimos 12 meses, a nossa taxa de juros, a SELIC, já está em 7,75%, com expectativas de encerrar o ano em pelo menos 9,25% e atingir pelo menos 11,25% em 2022, e o crescimento do PIB está cada vez menor, sem contar, que temos uma eleição pela frente. Estes riscos, tanto no cenário brasileiro quanto no cenário global, vêm prejudicando

o retorno das carteiras de investimentos neste ano, é fato. Por outro lado, momentos como o que estamos vivenciando abre janelas de oportunidades para alocação de investimentos, vide o observado com os títulos públicos em novembro 2021. A incerteza e o risco elevado no curto prazo são ruins para o investidor de curto prazo que está alocado em ativos de longo prazo, ou seja, com uma carteira desequilibrada. Todavia, para o investidor de longo prazo, com ativos de longo prazo, o momento pode ser interessante, é o que o histórico dos ativos nos mostra. Entende-se por uma carteira equilibrada o casamento entre ativo e passivo, e neste caso, o ativo é a característica do seu investimento e o passivo o prazo, as necessidades e os objetivos que você busca” - Fonte: I9Advisory-Economia em novembro de 2021.

MERCADO EXTERNO:

Em novembro de 2021, o mundo se deparou com uma nova variante da COVID-19, a Ômicron, apesar de pouca informação sobre suas características, os investidores globais estão mais preocupados. Sem esta nova variante, o mundo já estava enfrentando risco de inflação elevada, juro em alta e crescimento em baixa, as coisas

podem se intensificar. A grande maioria das economias ao redor do mundo, inclusive países desenvolvidos, já atingiram patamares elevadíssimos de gastos públicos, e não teriam tanto espaço fiscal para continuar estimulando suas economias por muito mais tempo sem gerar uma inflação descontrolada, e, atualmente, a inflação se tornou o principal vilão mundo afora” - Fonte: I9Advisory-Economia em novembro de 2021.

DEZEMBRO DE 2021:**MERCADO INTERNO:**

No Brasil, o nosso Banco Central também seguiu a cartilha de controle de inflação, claro que em uma magnitude muito mais forte, elevando a taxa básica de juros, a taxa SELIC, para 9,25% ao ano, e indicando que continuará elevando o juro. O mercado espera que a SELIC atinja 11,50% já na primeira metade de 2022. Estes movimentos de alta de juros ao redor do mundo contribuem para o controle das expectativas de inflação, reduzindo o risco de um efeito bola de neve nos preços em 2022, com os investidores comemorando a atuação dos bancos centrais. Por outro lado, juros maiores claramente dificultam a retomada do

crescimento econômico, e as expectativas de crescimento já estão cada vez menores. Fazendo mea-culpa a todos os economistas que defendem esta posição, o problema inflacionário no Brasil e no mundo está tão preocupante, o nível está três vezes o normal pelo menos, que renunciar ao crescimento em razão do controle inflacionário é a decisão mais sensata a se fazer neste momento. Além deste pano de fundo monetário, uma nova esperança surge com dados recentes do consumo varejista das famílias em diversas partes do mundo acima das expectativas, mostrando que a situação pode ser um pouco melhor em 2022, e mais, apesar da variante Ômicron, as vacinas vêm se provando cada vez mais eficazes nos casos de hospitalização e óbito” - Fonte: I9Advisory- Economia em dezembro de 2021.

- **TAXA DE DESEMPREGO:** De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a Taxa de Desemprego no Brasil no trimestre encerrado no mês de novembro de 2021 ficou em 11,60%, atingindo diretamente 12,4 milhões de brasileiros desempregados em busca de trabalho. Trata-se da menor taxa de desemprego desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2020 (11,8%), mas ainda maior que o patamar de antes do início da pandemia da Covid-19. A taxa continua batendo recorde em meio a pandemia e a baixa atividade econômica. Segundo o IBGE, a taxa de informalidade no mesmo período alcançou 40,6% da população ocupada, o mesmo percentual do trimestre anterior. Neste momento no Brasil, são estimados 38,6 milhões de trabalhadores informais - Fonte: Pnad/IBGE - 28.01.2022.

- **PIB - BRASIL:** o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, segundo a divulgação do IBGE em 04.03.2022, registrou no 4º trimestre de 2021 crescimento de 0,5%, após uma retração de 0,3% no segundo trimestre e de 0,1% no terceiro trimestre, superando as perdas de 2020 com a Pandemia da Covid-19. Com este resultado, o PIB do Brasil em 2021 acumulou alta de 4,60%. Em valores correntes, o PIB chegou a R\$ 8,7 trilhões em 2021. As projeções de crescimento - segundo as pesquisas do Relatório de Mercado - Focus/Bacen, o país crescerá 0,30% em 2022 - Fonte: Focus - Relatório de Mercado - 25.02.2022. Com a piora na projeção de crescimento da economia brasileira, o Fundo Monetário Internacional-FMI, projeta, também, um crescimento de 0,30% para o PIB do Brasil em 2022.

GRÁFICO 1. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS

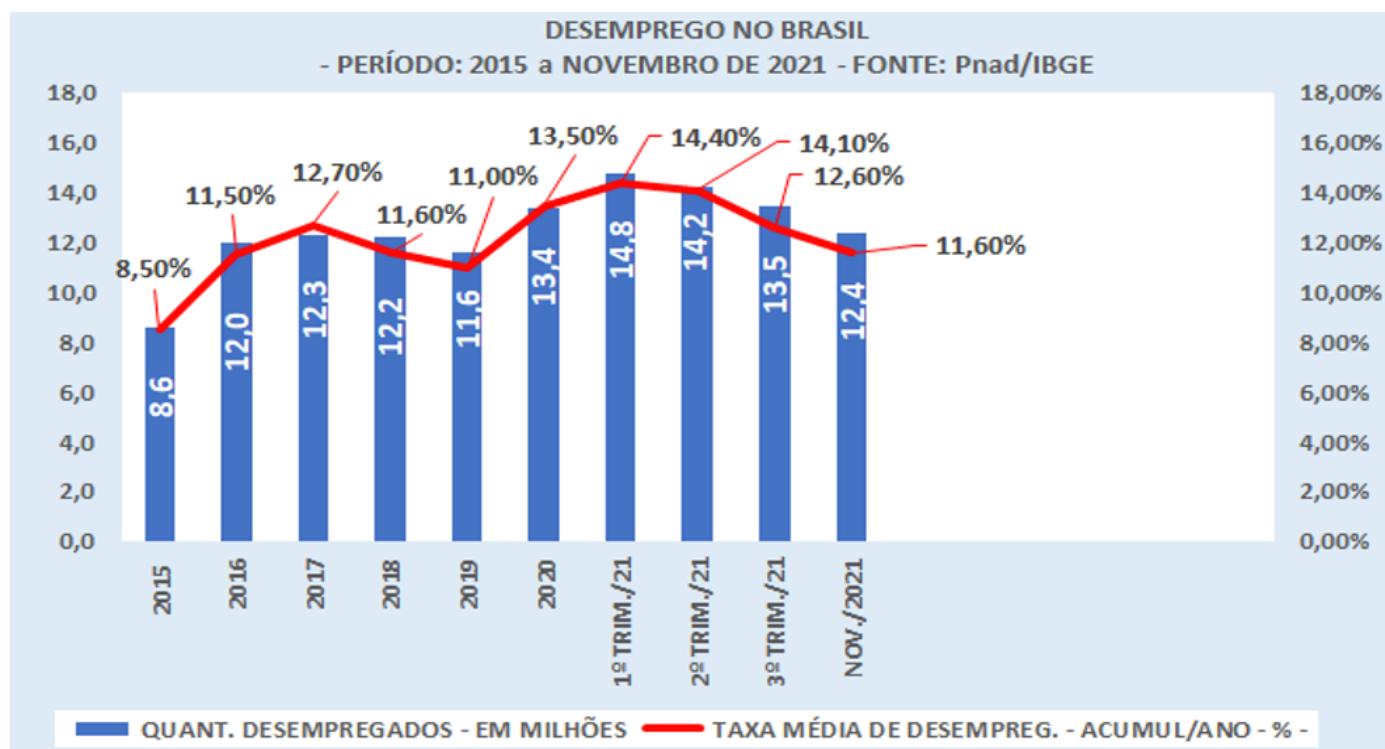
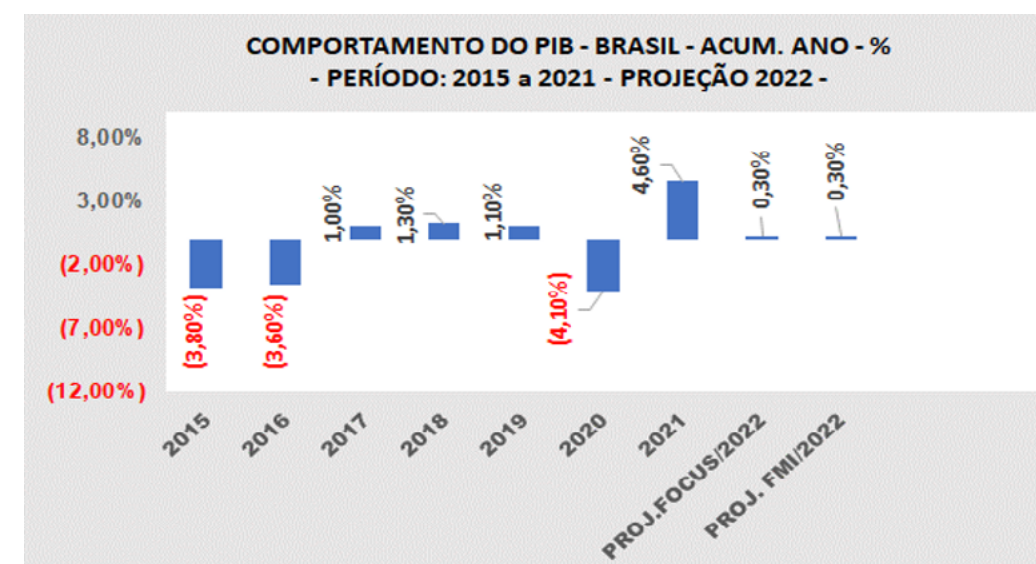


GRÁFICO 2. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - 2015 X 2021





3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis os lançamentos realizados observaram o Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento delas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos

documentos que os originaram. Quando utilizadas informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

A Fundação São Francisco optou por empregar a segregação real. Entende a Entidade que assim agindo apresenta a necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma Entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É possível, dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco, consolidada em atendimento a exigência legal, como também os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2021	2020		2021	2020
DISPONÍVEL	156	24	EXIGÍVEL OPERACIONAL	27.299	24.109
			Gestão Previdencial	26.512	23.320
REALIZÁVEL	1.005.717	979.400	Gestão Administrativa	717	753
Gestão Previdencial	39.896	41.217	Investimentos	70	36
Gestão Administrativa	4.077	4.020	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.927	5.927
Investimentos	961.744	934.164	Gestão Previdencial	-	-
Títulos Públicos	294.739	451.919	Gestão Administrativa	5.466	5.466
Créditos Privados e Depósitos	9.143	12.195	Investimentos	461	461
Fundos de Investimento	646.683	457.661			
Fundo de Renda Fixa	176.202	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	974.992	951.754
Fundo de Ações	260.986	-	Patrimônio de Cobertura do Plano	950.285	926.336
Fundo de Investimentos em Participações	58.703	-	Provisões Matemáticas	938.504	922.519
Fundo Multimercado	85.152	-	Benefícios Concedidos	472.048	481.989
Investimentos no Exterior	65.640	-	Benefícios a Conceder	466.456	440.530
Investimentos em Imóveis	8.441	9.574	Equilíbrio Técnico	11.781	3.817
Operações com Participantes	2.528	2.805	Resultados Realizados	11.781	3.817
Depos. Jud. Recursais	210	210	(+) Superávit Técnico Acumulado	11.781	3.817
PERMANENTE	2.345	2.366	Fundos	24.707	25.418
Imobilizado	2.345	2.366	Fundos Previdenciais	14.026	12.756
Diferido	-	1	Fundos Administrativos	8.832	10.868
			Fundos para Garantia das Oper.com Part.	1.849	1.793
TOTAL DO ATIVO	1.008.218	981.790	TOTAL DO PASSIVO	1.008.218	981.790

A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem como a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente ou por aplicação de rateios nos demais casos.

QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021				
DEFINIÇÃO	BD	BS	CD	Consolidado
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.917.607	899.528	-	3.817.134
A1) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	12.756.323	12.756.323
1- CONTRIBUIÇÕES	10.715.390	5.779.450	31.010.632	47.505.472
(+) Patrocinadores	3.924.605	-	14.674.892	18.599.496
(+) Participantes Ativos	99.810	-	17.103.842	17.203.651
(+) Autopatrocinados	-	-	163.401	163.401
(+) Participantes Assistidos	6.937.885	-	6.249	6.944.134
(+) Portabilidade	-	-	26.763	26.763
(+) Dívida Contratada	-	5.779.450	-	5.779.450
(-) Custeio	- 246.909	-	- 964.514	- 1.211.424
2- DESTINAÇÕES	- 47.286.056	- 8.391.103	- 1.488.836	- 57.165.995
(-) Benefícios	- 47.286.056	- 8.391.103	- 1.488.836	- 57.165.995
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE FUNDOS	- 49.384	-	-	- 49.384
(+/-) Quotas quitação por morte (Fundo para garantia de Empréstimo)	- 49.384	-	-	- 49.384
4- INVESTIMENTOS	20.255.115	21.526.348	- 6.853.642	34.927.821
(+) Renda Fixa	17.722.338	24.332.895	- 2.084.730	39.970.503
(+) Renda Variável	- 13.799.353	- 10.969.879	- 4.535.938	- 29.305.169
(+) Créditos Privados e Depósitos	651.357	288.664	-	940.021
(+) Estruturados	13.500.659	8.845.163	-	22.345.822
(+) Investimentos no Exterior	3.987.016	1.108.812	1.641.930	6.737.758
(+) Investimentos em Imóveis	- 864.272	- 585.264	-	- 1.449.536
(+) Operações com Participantes	582.995	3.090	-	586.085
(+) Despesas Diretas	- 153.050	- 126.037	- 75.259	- 354.346
(-) Custeio	- 1.372.575	- 1.371.096	- 1.799.645	- 4.543.316
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	17.796.492	- 12.382.681	21.398.726	26.812.538
(+/-) Benefícios Concedidos	17.764.486	- 6.447.541	1.375.882	12.692.827
(+/-) Benefícios a Conceder	32.006	- 5.935.140	20.022.844	14.119.710
B) RESULTADO DEFICITÁRIO/SUPERAVITÁRIO DO EXERCÍCIO (1+2+3+4+5)	1.431.557	6.532.014	-	7.963.571
C) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDO PREVIDENCIAL(1+2+3+4+5)	-	-	1.269.428	1.269.428
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL - EQUILÍBRIO TÉCNICO (A+B)	4.349.164	7.431.542	-	11.780.706
E) RESULTADO CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDO PREVIDENCIAL (A1+C)	-	-	14.025.751	14.025.751

QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

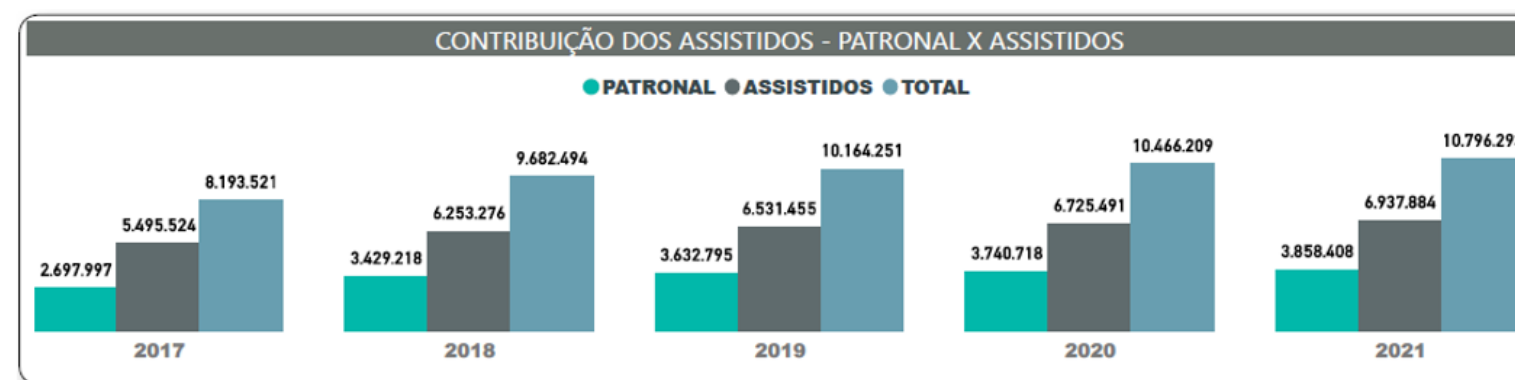
Consolidado	dez/21	dez/20	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2021
			2021	2020	
Investimentos	961.743	934.164			
Títulos Públicos	294.739	451.918	30,6%	48,4%	-34,8%
Créditos Privados e Depósitos	9.143	12.195	1,0%	1,3%	-25,0%
Companhias Abertas	9.143	12.195	1,0%	1,3%	-25,0%
Fundos de Investimento	646.682	457.661	67,2%	49,0%	41,3%
Multimercado (FIM)	80.423	62.204	8,4%	6,7%	29,3%
Direitos Creditórios (FIDC)	0	4.201	0,0%	0,4%	-100,0%
Fundo de Ações	260.986	277.858	27,1%	29,7%	-6,1%
Participações/FIP	58.704	40.802	6,1%	4,4%	43,9%
Renda Fixa	180.929	72.596	18,8%	7,8%	149,2%
Investimento no Exterior	65.639	0	6,8%	0,0%	100,0%
Investimentos em Imóveis	8.441	9.574	0,9%	1,0%	-11,8%
Operações com Participantes	2.528	2.605	0,3%	0,3%	-3,0%
Depos.Jud. Recursais	210	210	0,0%	0,0%	0,0%

4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

4.1 PREVIDENCIAL

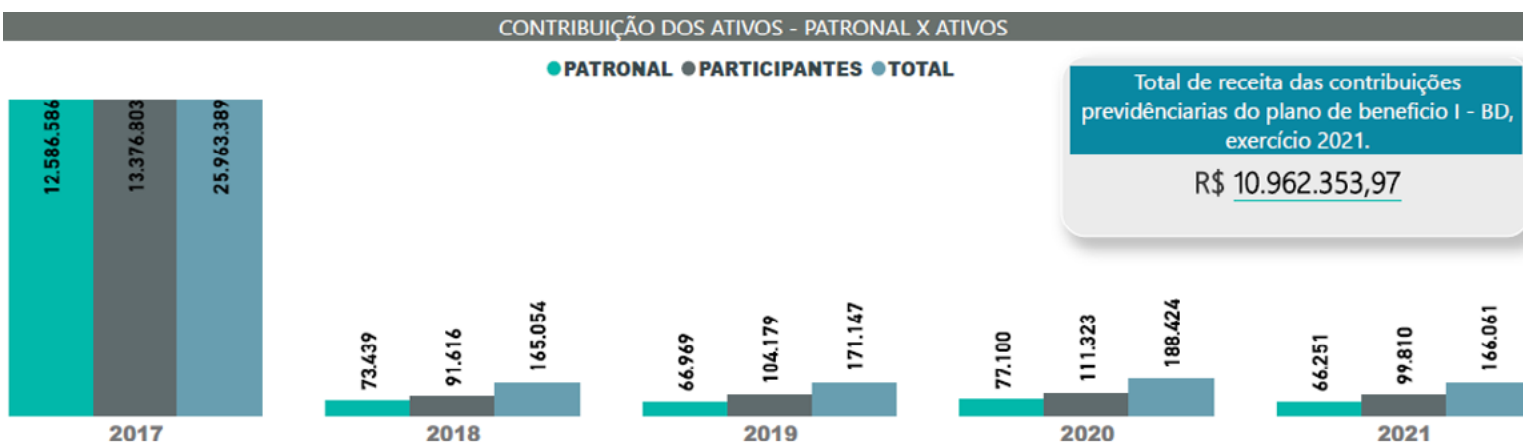
4.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 3. PATRONAL X ASSISTIDOS



O aumento das contribuições previdenciárias, deve-se ao reajuste dos benefícios em jan/21, pela variação anual do INPC-IBGE de 5,4 e pelos óbitos ocorridos no período.

GRÁFICO 4. PATRONAL X ATIVOS



4.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 5. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

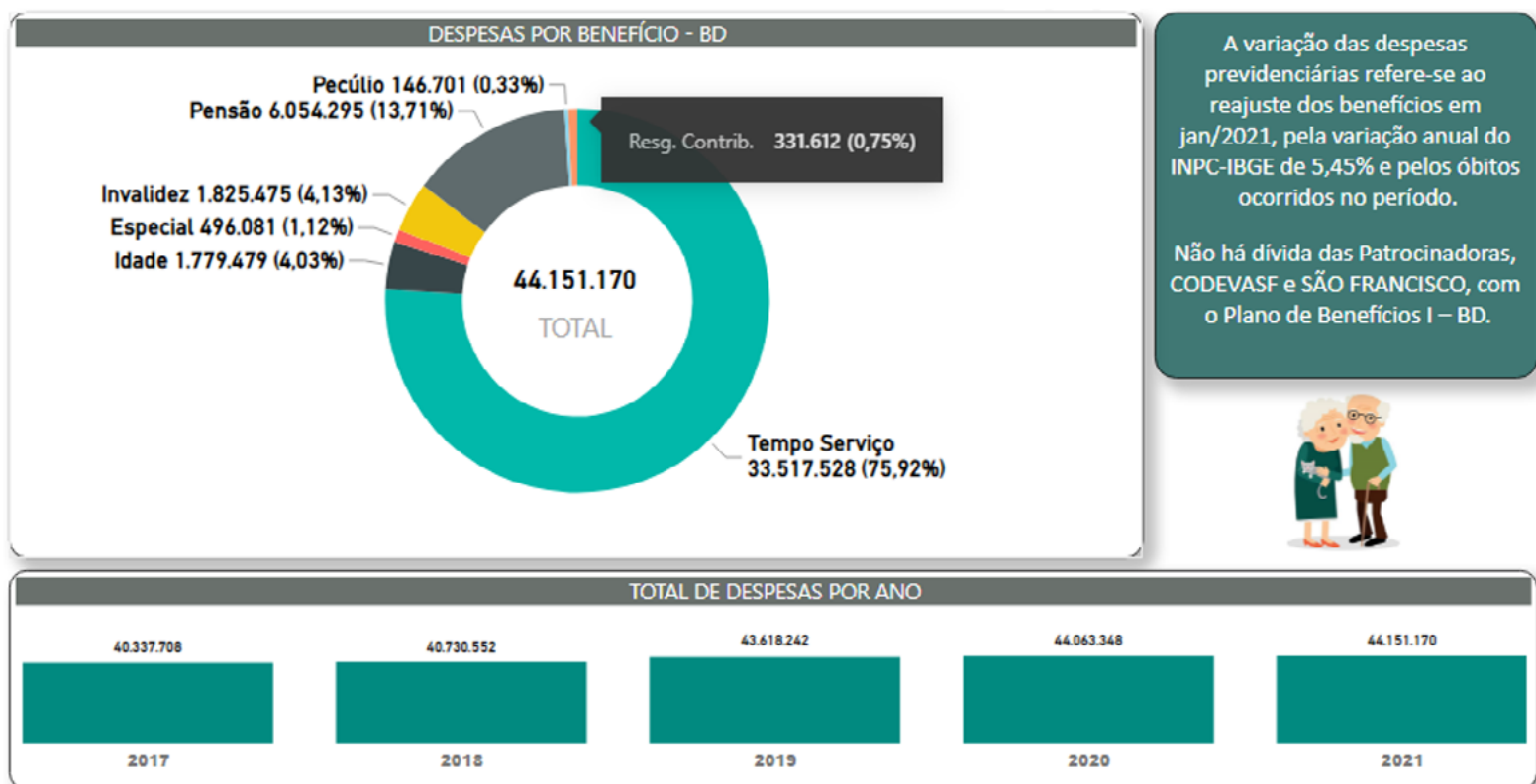
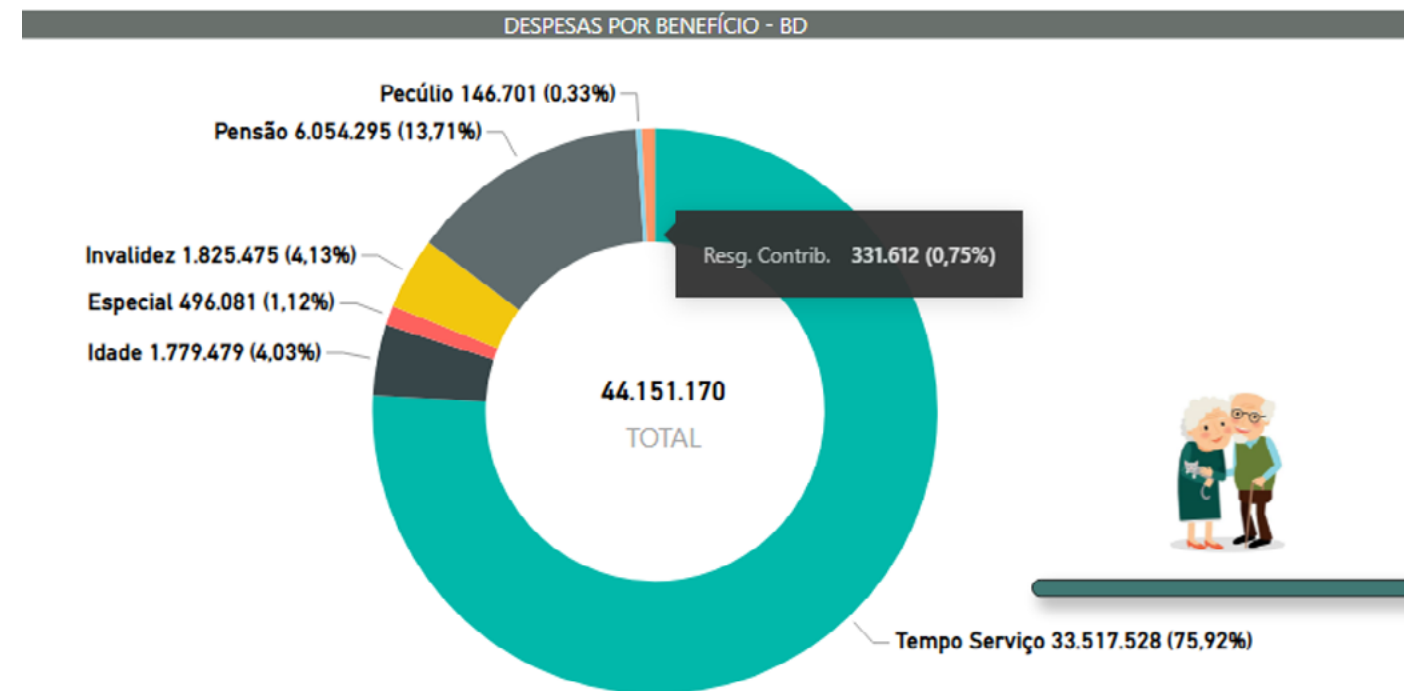


GRÁFICO 6. DESPESAS POR BENEFÍCIOS NO TRIMESTRE



4.3 CONTÁBIL

QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2021	2020		2021	2020
DISPONÍVEL	8	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	26.132	22.969
REALIZÁVEL	381.345	395.520	Gestão Previdencial	25.972	22.785
Gestão Previdencial	628	601	Investimentos	160	183
Gestão Administrativa	5.106	6.123			
Investimentos	375.611	388.795	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	274	274
Títulos Públicos	120.376	175.190	Gestão Previdencial	-	-
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.531	8.534	Investimentos	274	274
Fundos de Investimentos	241.451	196.926			
Fundo de Renda Fixa	33.083	-			
Fundo de Ações	103.391	-			
Fundo de Investimentos em Participações	34.978	-			
Fundo Multimercado	37.811	-			
Investimentos no Exterior	32.188	-			
Investimentos Em Imóveis	5.029	5.704			
Operações com Participantes	2.099	2.316	PATRIMÔNIO SOCIAL	354.947	372.281
Depos. Jud. Recursais	125	125	Patrimônio de Cobertura do Plano	348.768	365.132
			Provisões Matemáticas	344.419	362.215
			Benefícios Concedidos	342.805	360.569
			Benefícios a Conceder	1.614	1.646
			Equilíbrio Técnico	4.349	2.918
			Resultados Realizados	4.349	2.918
			(+) Superávit Técnico Acumulado	4.349	2.918
			Fundos	6.179	7.148
			Fundos Administrativos	5.105	6.123
			Fundos para Garantia das Oper.com Part.	1.074	1.025
TOTAL DO ATIVO	381.353	395.523	TOTAL DO PASSIVO	381.353	395.523

4.3.1 Composição do Ativo

4.3.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- Patrocinador – R\$ 300 mil;
- Participantes – R\$ 7 mil;
- Sobre 13º Salário – R\$ 307 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2021 para serem liquidadas no mês de janeiro/2022.

4.3.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, que é de R\$ 5.106 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

4.3.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 5. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Benefício Definido	dez/21	dez/20	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2021
Investimentos	375.612	388.795	2021	2020	
Títulos Públicos	120.376	175.190	32,0%	45,1%	-31,3%
Créditos Privados e Depósitos	6.531	8.534	1,7%	2,2%	-23,5%
Companhias Abertas (CRI)	6.531	8.534	1,7%	2,2%	-23,5%
Fundos de Investimento	241.452	196.926	64,3%	50,7%	22,6%
Renda Fixa	33.083	16.403	8,8%	4,2%	101,7%
Direitos Creditórios (FIDC)	-	2.439	-	0,6%	-100,0%
Fundo de Ações	103.391	117.191	27,5%	30,1%	-11,8%
Participações/FIP	34.978	24.311	9,3%	6,3%	43,9%
Multimercado (FIM)	37.811	36.582	10,1%	9,4%	3,4%
Investimento no Exterior	32.188	-	8,6%	-	100,0%
Investimentos em Imóveis	5.029	5.704	1,3%	1,5%	-11,8%
Operações com Participantes	2.099	2.316	0,6%	0,6%	-9,4%
Depos. Jud. Recursais	125	125	0,0%	0,0%	0,0%

QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2021	2020	
A) Ativo Líquido - Início do exercício	365.132	386.907	(5,63)
1. Adições	31.168	23.214	34,26
(+) Contribuições	10.962	10.655	2,88
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	20.206	12.560	60,88
2. Destinações	(47.532)	(44.989)	5,65
(-) Benefícios	(47.286)	(44.748)	5,67
(-) Custeio Administrativo	(246)	(240)	2,34
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(16.364)	(21.775)	(24,85)
(+/-) Provisões Matemáticas	(17.796)	(26.961)	(33,99)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.431	5.186	(72,41)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	348.768	365.132	(4,48)
C) Fundos não previdenciais	6.180	7.148	(13,55)
(+/-) Fundos Administrativos	5.106	6.123	(16,61)
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.074	1.025	4,79

QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2021	2020	
1. Ativos	381.353	395.523	(3,58)
Disponível	8	3	143,50
Recebível	5.734	6.725	(14,73)
Investimento	375.611	388.795	(3,39)
Títulos Públicos	120.376	175.190	(31,29)
Créditos Privados e Depósitos	6.531	8.534	(23,47)
Fundos de Investimento	241.451	196.926	22,61
Fundo de Renda Fixa	33.083	-	100,00
Fundo de Ações	103.391	-	100,00
Fundo de Investimentos em Participações	34.978	-	100,00
Fundo Multimercado	37.811	-	100,00
Investimentos no Exterior	32.188	-	100,00
Investimentos em Imóveis	5.029	5.704	(11,84)
Operações com Participantes	2.099	2.316	(9,37)
Depos. Jud. Recursais	125	125	-
2. Obrigações	26.406	23.242	13,61
Operacional	26.132	22.969	13,77
Contingencial	274	274	-
3. Fundos não Previdenciais	6.179	7.148	(13,56)
Fundos Administrativos	5.105	6.123	(16,63)
Fundos para Garantia das Oper.com Part.	1.074	1.025	4,79
5. Ativo Líquido (1-2-3)	348.769	365.132	(4,48)
Provisões Matemáticas	344.419	362.215	(4,91)
Superávit/Déficit Técnico	4.349	2.918	49,06

5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

5.1 PREVIDENCIAL

5.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 7. PATRONAL X PARTICIPANTE



109 Participantes contribuem acima de 8%

R\$ 2.475.570,23 representa o total de contribuições facultativas e extraordinárias



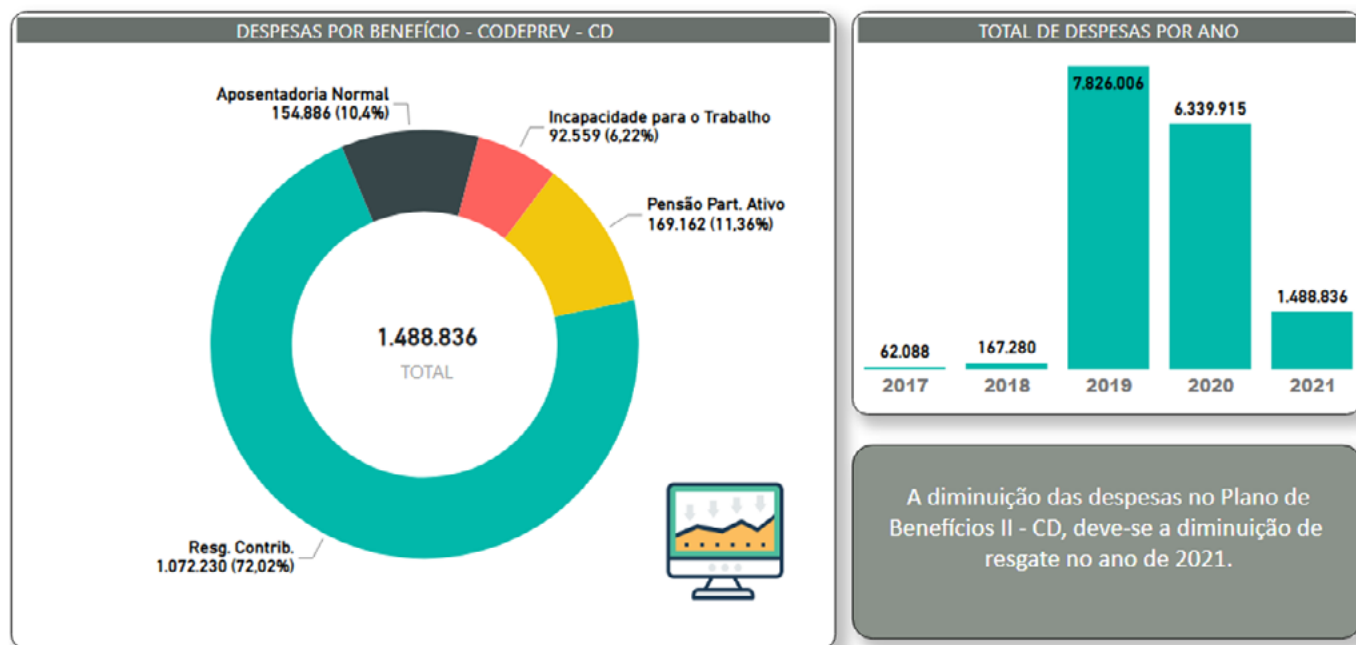
1. O percentual médio de contribuição no ano de 2021 manteve-se estável em relação a 2020, passando de 6,55% para 6,58%.

2. Não há dívida das patrocinadoras, CODEVASF e SÃO FRANCISCO, com o Plano de Benefícios II – Codeprev.

6,58% Participação Média
Menor participação 2%
22% Maior participação

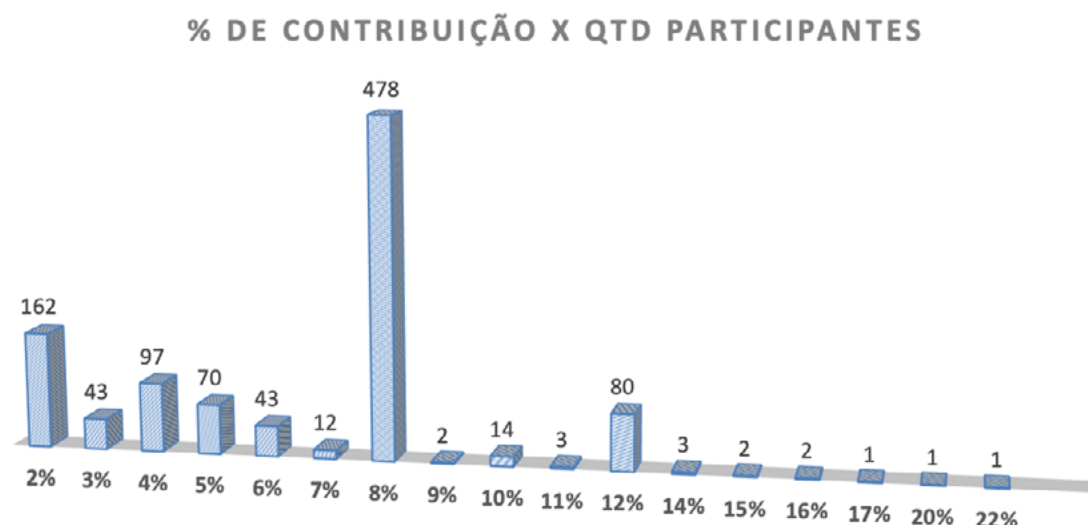
5.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 8. DESPESAS POR BENEFÍCIO – PLANO CODEPREV



5.1.3 Percentual de contribuição x QTD participante

GRÁFICO 9. % CONTRIBUIÇÃO QTD PARTICIPANTES – PLANO CODEPREV



5.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II/CD-Codeprev está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior. Assim, no encerramento do 4º trimestre de 2021, as alocações encontram-se em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2021/2025, aprovada pelo Conselho Deliberativo. Findo o Quarto Trimestre de 2021, o valor total do portfólio atingiu R\$ 231.493.220,76 contra R\$ 209.179.996,11 em 31.12.2020, alta nominal de 10,67%.

Indicativa (INPC+3,50% a.a.), apuradas pela Diretoria de Finanças no período de dezembro de 2013 a dezembro de 2021. Fica evidente que nos oito anos de existência do Plano, a rentabilidade “Bruta e Líquida” acumuladas no período, mantêm-se acima da Taxa Indicativa acumulada no mesmo período.

A orientação do Comitê de Investimentos - CI foi a de manter o foco nas estratégias contidas na Política de Investimento 2021/2025 direcionadas ao médio e longo prazo, mantendo a sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando respeitar a relação risco x retorno.

5.2.1 Performance do Codeprev x Taxa Indicativa

O Gráfico abaixo identifica o desempenho bruto e líquido dos investimentos acumulados do CODEPREV, comparados com a Taxa

GRÁFICO 10. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA X TAXA INDICATIVA - ACUMULADA

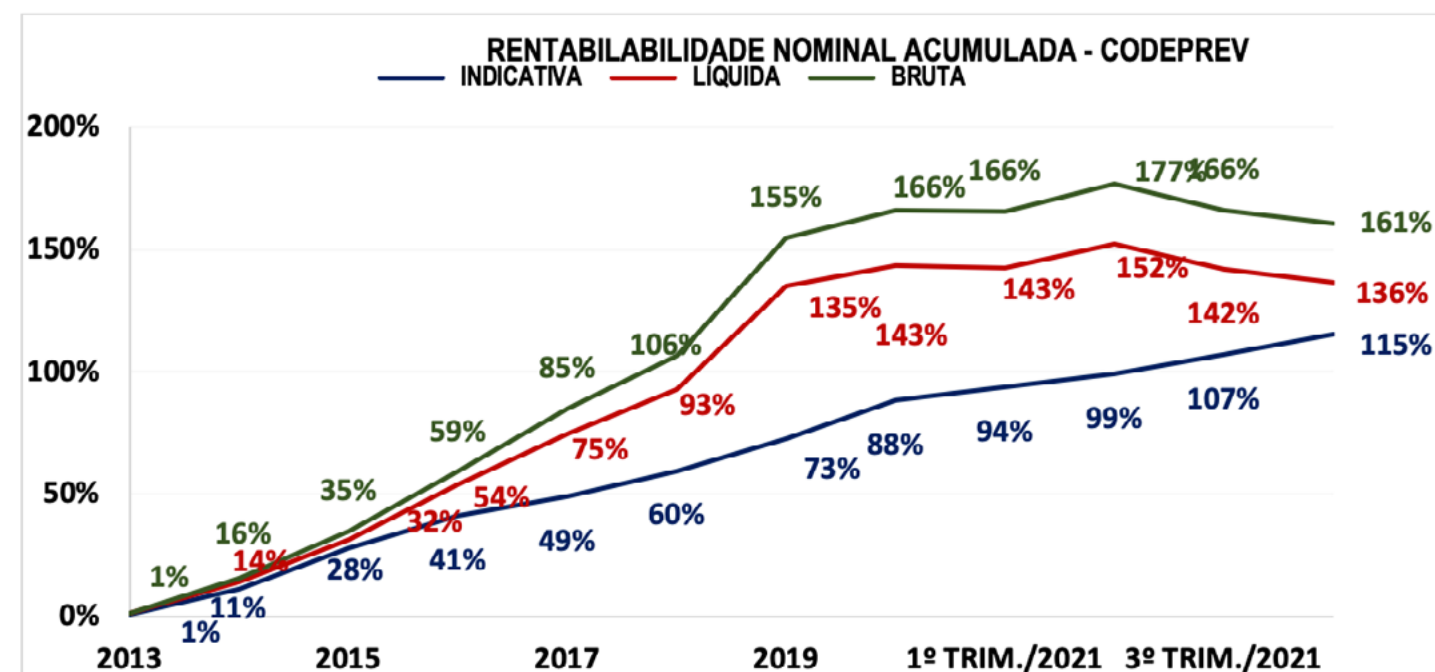


GRÁFICO 11. VARIAÇÃO – RENTABILIDADE POR COTA – ANO

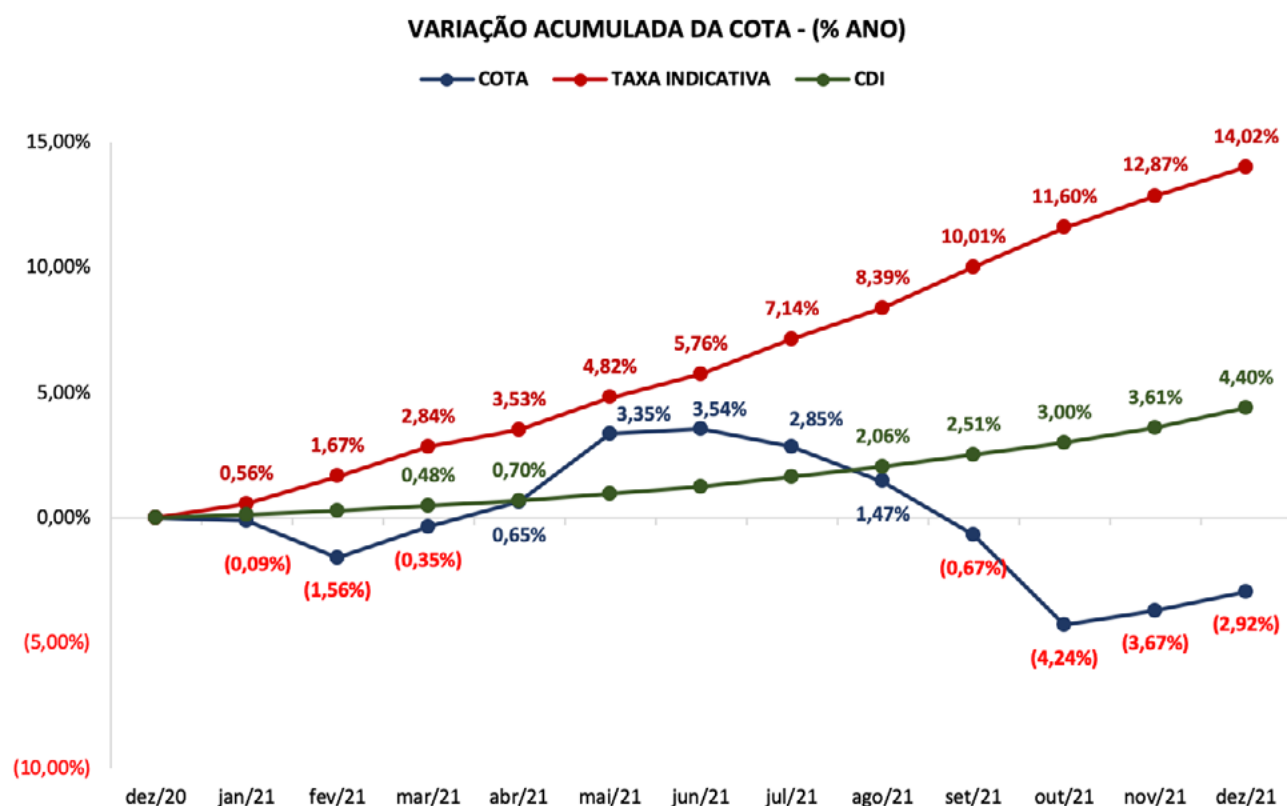


TABELA 1. PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA - ACUMULADA - 2013 A 2021

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE BRUTA - CODEPREV - DEZ/2013 a 2021 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ -	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB. NOMINAL BRUTA DO PLANO - ANUAL - % -	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 3,50% a.a.	RENTAB. REAL DO PLANO - % -	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % -	RENTABILIDADE ACIMA DA TAXA INDICATIVA - MÊS - % -	RENT. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUM. NO PERÍODO - % -
2013	1.456.461	1.011.179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1.143.162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,30%
2015	20.201.937	1.315.641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1.538.242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1.746.768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%
2018	123.353.099	1.926.704	11,66%	7,05%	7,96%	3,50%	4,31%	29,31%
2019	169.894.901	2.352.688	23,47%	8,14%	18,17%	3,50%	14,18%	47,65%
2020	198.446.486	2.434.660	4,36%	9,14%	(1,03%)	3,50%	(4,38%)	41,18%
2021	219.845.212	2.363.633	(1,95%)	14,02%	(11,00%)	3,50%	(14,01%)	21,41%
ACUMULADA - 2013/2021			160,69%	114,72%	60,33%	32,06%	21,41%	21,41%
Obs: TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.							8,25%	

(1) RENTABILIDADE BRUTA ANUAL= Apurada pelo desempenho dos "Ativos de Investimentos".

GRÁFICO 12. VARIAÇÃO – RENTABILIDADE POR COTA – 12 MESES

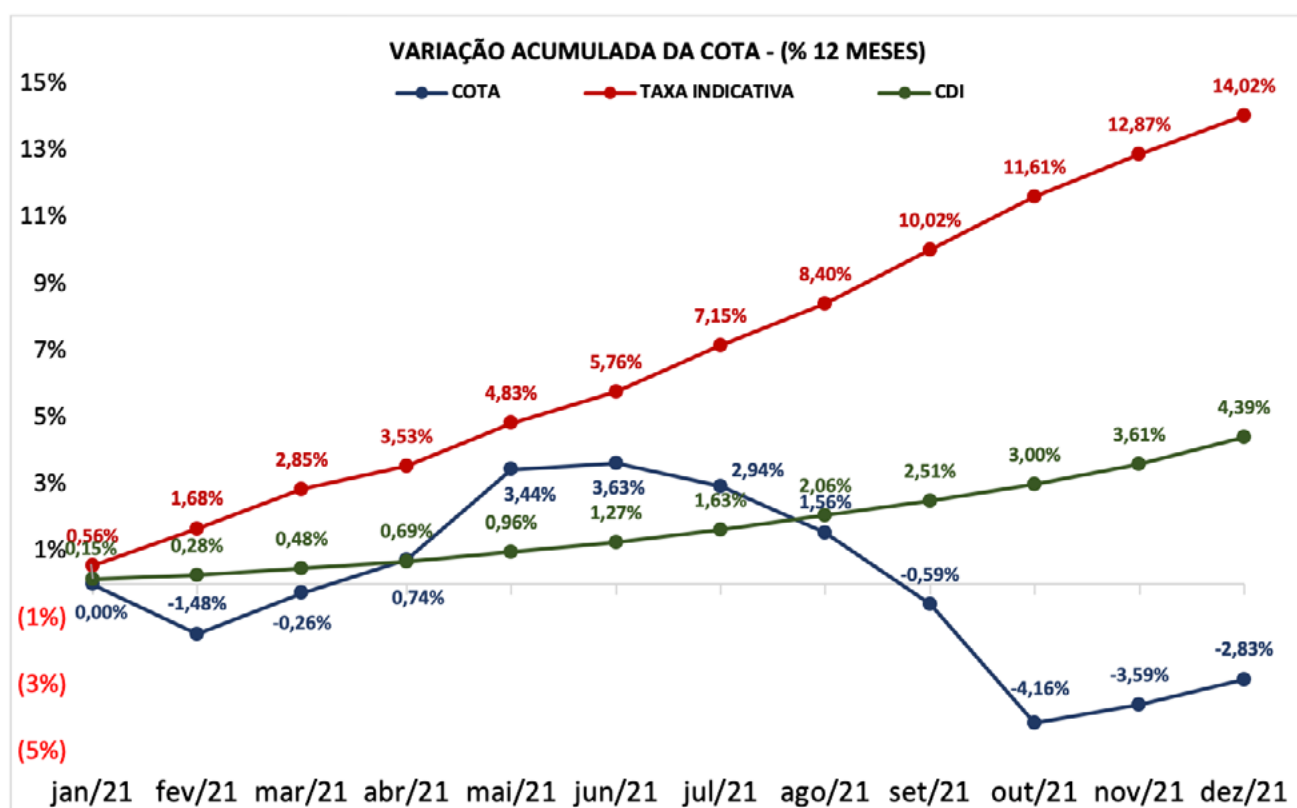


TABELA 2. PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE LÍQUIDA - ACUMULADA - 2013 A 2021

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE LÍQUIDA - CODEPREV - DEZ / 2013 a 2021 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ -	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB. NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % -	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 3,50% a.a.	RENTAB. REAL DO PLANO - % -	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % -	RENTABILIDADE ACIMA TAXA INDICATIVA - MÊS - % -	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDIC. ACUM. NO PERÍODO - % -
2013	1.456.461	1.011.179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1.143.162	13,05%	9,95%	6,42%	3,50%	2,82%	2,94%
2015	20.201.937	1.315.641	15,09%	15,17%	3,43%	3,50%	(0,07%)	2,87%
2016	34.288.058	1.538.242	16,92%	10,31%	9,70%	3,50%	5,99%	9,03%
2017	88.244.907	1.746.768	13,56%	5,64%	11,26%	3,50%	7,50%	17,21%
2018	123.353.099	1.926.704	10,30%	7,05%	6,64%	3,50%	3,04%	20,76%
2019	169.894.901	2.352.688	22,11%	8,14%	16,87%	3,50%	12,92%	36,36%
2020	198.446.486	2.434.660	3,48%	9,14%	(1,87%)	3,50%	(5,19%)	29,29%
2021	219.845.212	2.363.633	(2,92%)	14,02%	(11,87%)	3,50%	(14,85%)	10,09%
ACUMULADA - 2013/2021			136,39%	114,72%	45,38%	32,06%	10,09%	10,09%
Obs: TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.							7,96%	

(1) RENTABILIDADE LÍQUIDA ANUAL= Apurada pela "Variação da Cota do Plano".

5.2.2 Enquadramento - Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior, encontrava-se no encerramento do 4º Trimestre de 2021 em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2021/2025, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 13. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS

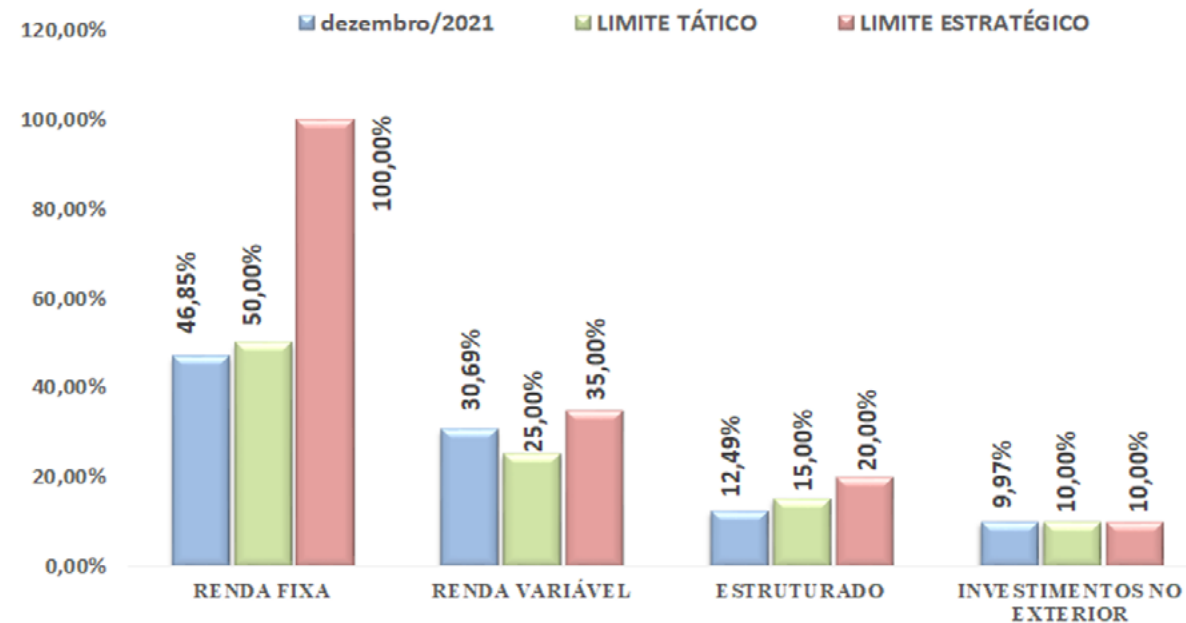


TABELA 3. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2020 x 2021 - PLANO DE BENEFÍCIO II / CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2020		dezembro/2021		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4 661 - CMN
RENDA FIXA	111.486.187,79	53,30%	108.458.170,89	46,85%	50,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	69.715.699,60	33,33%	71.034.475,73	30,69%	25,00%	35,00%	70,00%
ESTRUTURADO	27.978.108,72	13,38%	28.918.246,52	12,49%	15,00%	20,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	23.082.327,62	9,97%	10,00%	10,00%	10,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	209.179.996,11	100%	231.493.220,76	100%	100%		
(+) Disponível - Conta 11	3.047,25		112.153,80				
(-) Exigível de Invest. - Conta 20103	-145.181,52		-167.435,97				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	209.037.861,84	10,67%	231.437.938,59				

5.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade do Plano DD - Codeprev registrada no 4º Trimestre de 2021 foi negativa em (1,99%), contra (3,85%) negativa registrada no 3º Trimestre. Descontada a Taxa Indicativa do período (INPC+ 3,50% a.a.) que atingiu 3,64%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do Mínimo Indicativo em 5,63 pontos-base no trimestre considerado. Com este resultado no período analisado, a Rentabilidade Acumulada do Plano no ano foi negativa de (1,95%). Descontada a Taxa Indicativa registrada no período (INPC+3,50% a.a.), que atingiu 14,02%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo “Mínimo Indicativo” em (15,97) pontos-base.

TABELA 4. RENTABILIDADE ACUMULADA POR PERÍODO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2021			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,47%	1,21%	1,63%	1,63%
RENDA VARIÁVEL	2,57%	(10,53%)	(12,75%)	(12,75%)
ESTRUTURADO	0,00%	0,76%	3,37%	3,37%
EXTERIOR	1,28%	5,79%	7,88%	7,88%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,92%	(1,99%)	(1,95%)	(1,95%)
TAXA INDICATIVA	1,02%	3,64%	14,02%	14,02%
DIVERGÊNCIA	(0,10%)	(5,63%)	(15,97%)	(15,97%)



GRÁFICO 14. RENTABILIDADE ACUMULADA COMPARATIVA

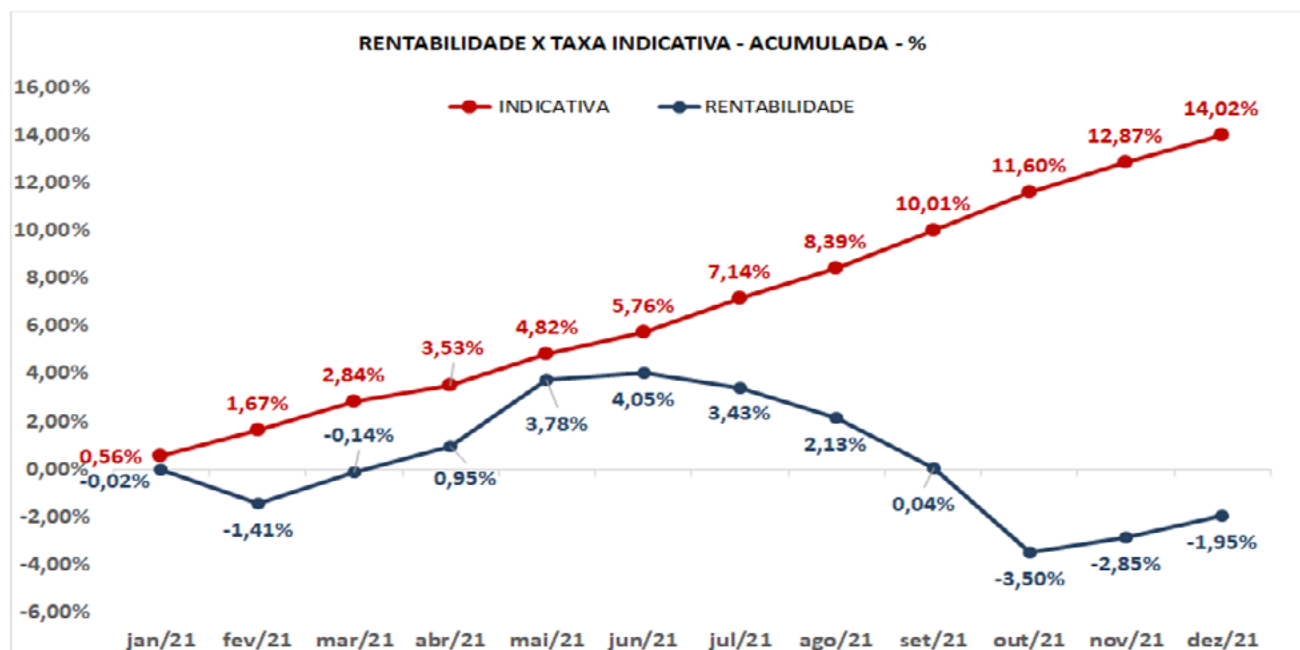
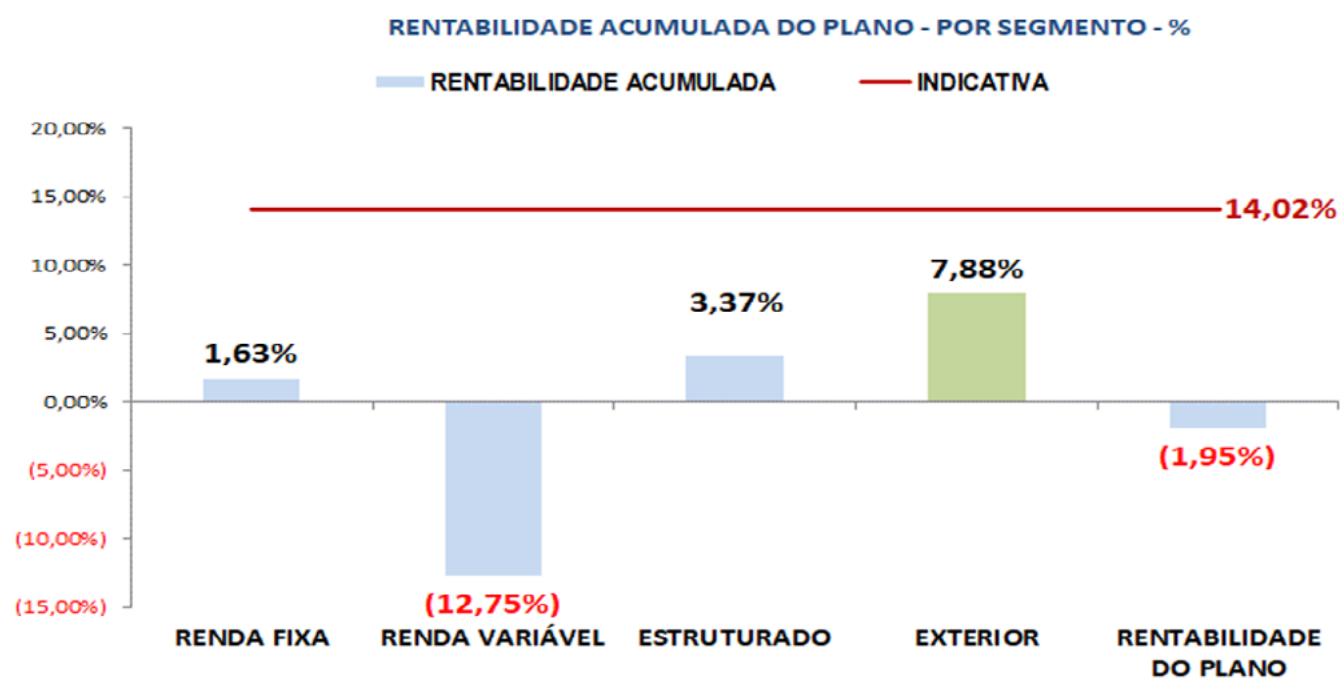


GRÁFICO 15. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO – ANO



5.3 CONTÁBIL

QUADRO 8. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mi

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2021	2020		2021	2020
DISPONÍVEL	112	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	256	215
REALIZÁVEL	234.426	211.680	Gestão Previdencial	89	70
Gestão Previdencial	2.522	2.235	Investimentos	167	145
Gestão Administrativa	412	265	PATRIMÔNIO SOCIAL	234.282	211.468
Investimentos	231.492	209.180	Patrimônio de Cobertura do Plano	219.845	198.446
Títulos Públicos	-	84.463	Provisões Matemáticas	219.845	198.446
Fundos de Investimento	231.492	124.717	Benefícios Concedidos	1.644	268
Fundo de Renda Fixa	108.458	-	Benefícios a Conceder	218.201	198.178
Fundo de Ações	71.034	-	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
Fundo Multimercado	28.918	-	Fundos	14.437	13.021
Investimentos no Exterior	23.082	-	Fundos Previdenciais	14.025	12.756
			Fundos Administrativos	412	265
TOTAL DO ATIVO	234.538	211.683	TOTAL DO PASSIVO	234.538	211.683

5.3.1 Composição do Ativo

5.3.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.209 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.312 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2021 para serem liquidadas no mês de janeiro/2022, as quais respeitam o regime de competência.

5.3.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano Codeprev no Fundo Administrativo é de R\$ 411 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

5.3.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros são detalhados no quadro a seguir:

QUADRO 9. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Codeprev	dez/21	dez/20	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2021
Investimentos	231.493	209.180	2021	2020	
Títulos Públicos	-	84.463	0,0%	40,4%	-100%
Fundos de Investimento	231.493	124.717	100,0%	59,6%	85,6%
Fundo de Ações	71.035	69.716	30,7%	33,3%	1,9%
Multimercado	28.918	27.978	12,5%	13,4%	3,4%
Renda Fixa	108.458	27.023	46,9%	12,9%	301,4%
Investimento no Exterior	23.082	-	10,0%	0,0%	100,0%

QUADRO 10. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2021	2020	
A) Ativo Líquido - início do exercício	211.203	180.525	16,99
1. Adições	25.121	37.923	(33,76)
(+) Contribuições	31.975	30.094	6,25
(+) Resultado Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.854)	7.828	(187,55)
2. Destinações	(2.453)	(7.245)	(66,14)
(-) Benefícios	(1.489)	(6.340)	(76,51)
(-) Custeio Administrativo	(964)	(905)	6,54
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	22.668	30.678	(26,11)
(+/-) Provisões Matemáticas	21.399	28.552	(25,05)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.269	2.127	(40,33)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	233.871	211.203	10,73
C) Fundos não previdenciais	412	265	55,54
(+/-) Fundos Administrativos	412	265	55,54

QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2021	2020	
1. Ativos	466.030	211.683	120,15
Disponível	112	3	3.575,45
Recebível	2.934	2.500	17,37
Investimento	462.984	209.180	121,33
Títulos Públicos	-	84.463	(100,00)
Fundos de Investimento	231.492	124.717	85,61
Fundo de Renda Fixa	108.458	-	100,00
Fundo de Ações	71.034	-	100,00
Fundo Multimercado	28.918	-	100,00
Investimento no Exterior	23.082	-	100,00
2. Obrigações	256	215	19,05
Operacional	256	215	19,05
3. Fundos não Previdenciais	412	265	55,54
Fundos Administrativos	412	265	55,54
5. Ativo Líquido (1-2-3)	465.362	211.203	120,34
Provisões Matemáticas	219.845	198.446	10,78
Fundos Previdenciais	14.025	12.756	9,95

5.3.2 Composição do Passivo

5.3.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à Atividade Previdencial, estando composta dos seguintes registros:

- a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 78 mil;
- b) IR / S/Benefícios – R\$ 9 mil;
- c) IR / S/Retenções a Recolher – R\$ 1 mil.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2022.

5.3.2.2 Gestão dos Investimentos

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 161 mil;
- O montante de R\$ 161 mil que corresponde

à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2021 e liquidado em janeiro/2022.

5.3.2.3 Patrimônio Social

a) Provisões Atuariais:

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

Numa coisa os dois planos se igualam, nas existências das Reservas de Benefícios Concedidos e Reservas de Benefícios a Conceder, a primeira correspondente ao valor atualizado pela cota que, já devidamente depositado, pagará os aposentados até que cada participante consuma aquela relativa à sua própria posição detida. A segunda é o somatório dos valores de todas as contribuições depositadas até a data do balanço devidamente identificadas por participante e patrocinador, atualizadas pelo valor da cota do plano.

QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

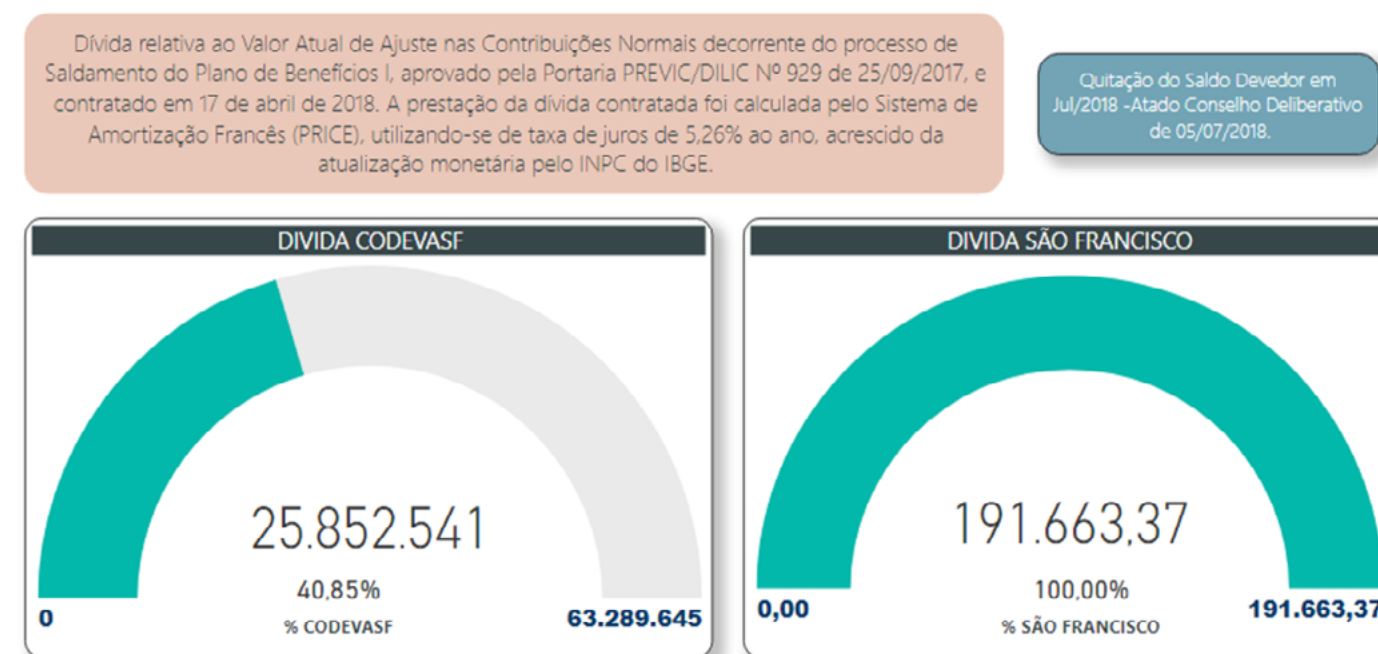
DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2021	2020	
Provisões Técnicas (1+2+3)	234.126	211.417	10,74
1. Provisões Matemáticas	219.845	198.446	10,78
1.1. Benefícios Concedidos	1.644	268	513,43
Contribuição Definida	1.644	268	513,43
1.2. Benefício a Conceder	218.201	198.178	10,10
Contribuição Definida	218.201	198.178	10,10
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	84.364	74.474	13,28
Saldo de Contas - parcela participantes	133.837	123.704	8,19
2. Fundos	14.025	12.756	9,95
2.1. Fundos Previdenciais	14.025	12.756	9,95
3. Exigível Operacional	256	215	19,05
3.1. Gestão Previdencial	89	70	27,40
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	167	145	15,03

6 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO

6.1 RECEITAS

6.1.1 Dívida Codevasf

GRÁFICO 16. RECEITAS PLANO SALDADO



6.2 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

GRÁFICO 17. RECEITAS PLANO SALDADO

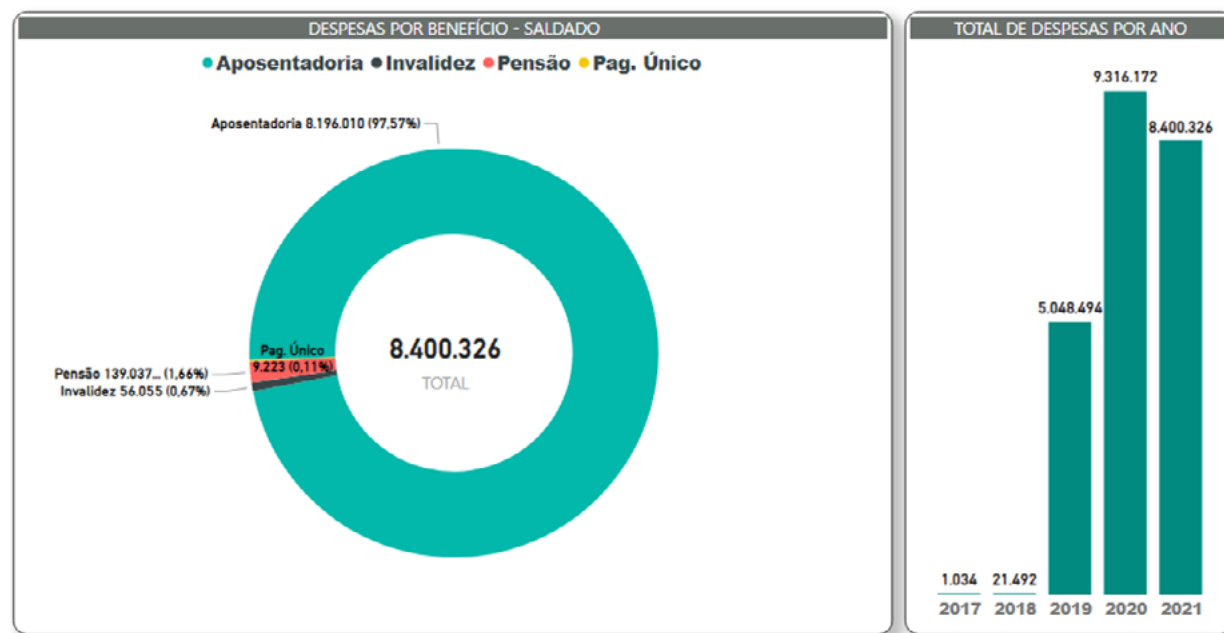
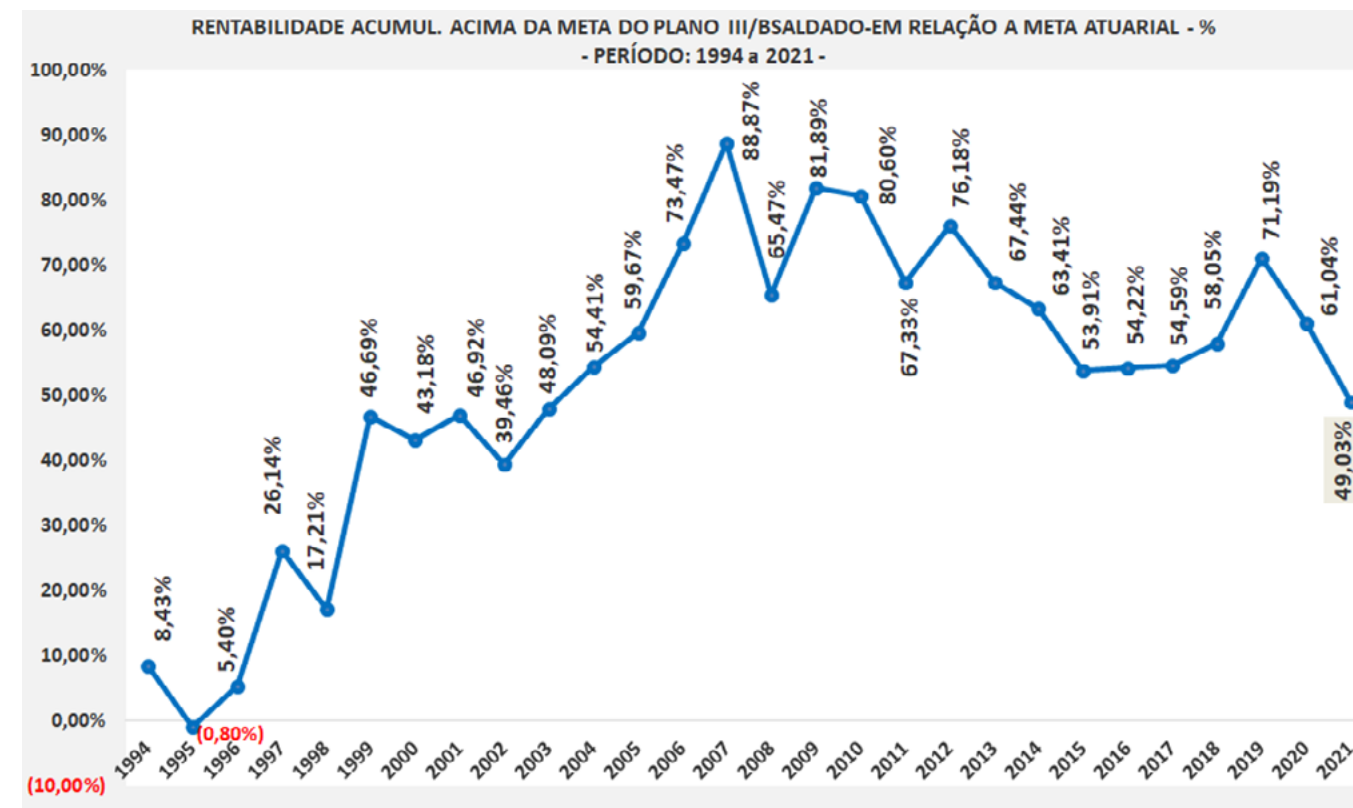


GRÁFICO 18. DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA META DO PLANO - 1994 A 2021



6.3 INVESTIMENTO

O Plano de Benefício III/BSaldado originou-se da cisão ocorrida no momento do Processo de Saldamento do Plano BD (Plano de Origem) - aprovado pela Portaria N° 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

6.3.1 Performance do Plano III/BSaldado - Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico ao lado identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano III/BSaldado. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário, iniciando-se em 1994 a 2021. Fica evidente que nos últimos vinte e sete anos, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados

no período de 2008 a 2013 e no decorrer do ano de 2021, alinhada à fraca recuperação do mercado, acumulando no ano variação negativa de 11,93% medida pelo Índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA, reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do 4º trimestre de 2021, a taxa permaneceu superior a 49%, no entanto, apresenta instabilidade de ganho, motivado pela baixa performance do mercado acionário em 2020 e 2021, prejudicado pelo fato episódico observado na economia global: "O Combate da Covid-19 e a baixa atividade econômica". Os resultados do Plano permitiram ao Comitê de Investimentos - CI manter os processos estratégicos de médio e longo prazos sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança dos ativos antes da rentabilidade.

6.3.2 Enquadramento

6.3.2.1 Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário, Operações C/Participantes e Investimentos no Exterior, encontrava-se no encerramento do 4º Trimestre de 2021, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2021/2025, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 19. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS

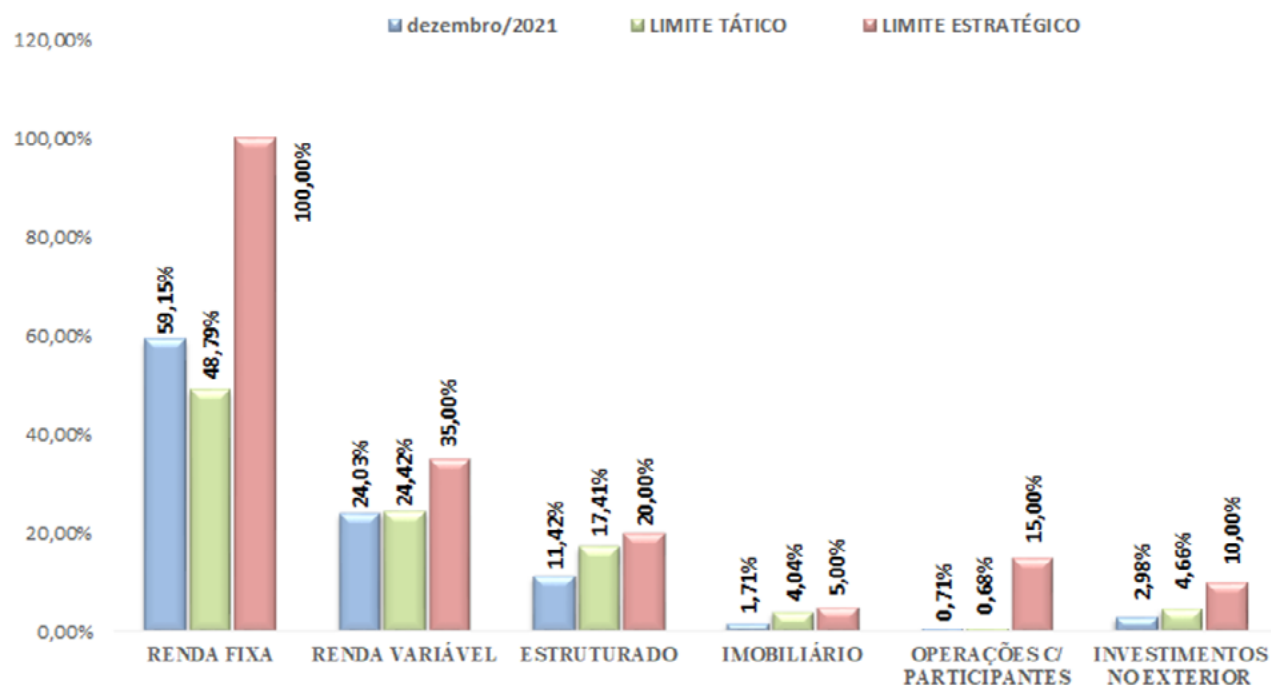


TABELA 5. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2020 x 2021 - PLANO DE BENEFÍCIO III - BSALDADO -							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2020		dezembro/2021		POLÍTICA DE INVESTIMENTO		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	198.324.699,49	60,55%	206.108.721,90	59,15%	48,79%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	87.711.906,50	26,78%	83.742.027,41	24,03%	24,42%	35,00%	70,00%
ESTRUTURADO	32.044.925,42	9,78%	39.801.641,18	11,42%	17,41%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	7.481.007,73	2,28%	5.973.050,23	1,71%	4,04%	5,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	1.951.710,81	0,60%	2.474.982,22	0,71%	0,68%	15,00%	15,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	10.368.858,64	2,98%	4,66%	10,00%	10,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	327.514.249,95	100%	348.469.281,58	100%	100%		
(+) Disponível - Conta 11	3.738,68	VARIACÃO NOMINAL	7.473,79				
(-) Exigível de Invest. - Conta 20103	-125.929,82		-149.368,17				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	327.392.058,81	6,40%	348.327.387,20				

6.3.3 Rentabilidade

A rentabilidade do Plano no 4º trimestre de 2021 registrou queda de (0,02%). Descontada a meta atuarial registrada no mesmo período (INPC com defasagem + 4,50% a.a.), que atingiu 4,38%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em (4,40) pontos-base. A baixa performance foi motivada pelo fraco desempenho das carteiras no período analisado, com destaque para os Segmentos de Renda Variável e Imóveis, registrando rentabilidades negativas no trimestre de (10,97%) e (4,79%), respectivamente. Com este resultado no período analisado, a Rentabilidade Acumulada do Plano no ano foi positiva de 7,30%. Descontada a Meta Atuarial registrada no período (INPC+4,50% a.a.), que atingiu 15,95%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em (8,64) pontos-base.

TABELA 6. RENTABILIDADE ACUMULADA POR PERÍODO

PLANO III - BENEFÍCIO DEFINIDO - BS				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2021			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,02%	3,44%	12,69%	12,69%
RENDA VARIÁVEL	2,60%	(10,97%)	(12,17%)	(12,17%)
ESTRUTURADO	(0,02%)	5,35%	27,83%	27,83%
IMOBILIÁRIO	(5,91%)	(4,79%)	(3,89%)	(3,89%)
OP. COM PARTICIPANTES	2,02%	6,01%	23,15%	23,15%
EXTERIOR	1,57%	8,10%	11,78%	11,78%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,05%	(0,02%)	7,30%	7,30%
META ATUARIAL	1,21%	4,38%	15,95%	15,95%
DIVERGÊNCIA	(0,16%)	(4,40%)	(8,65%)	(8,65%)



GRÁFICO 20. RENTABILIDADE ACUMULADA COMPARATIVA

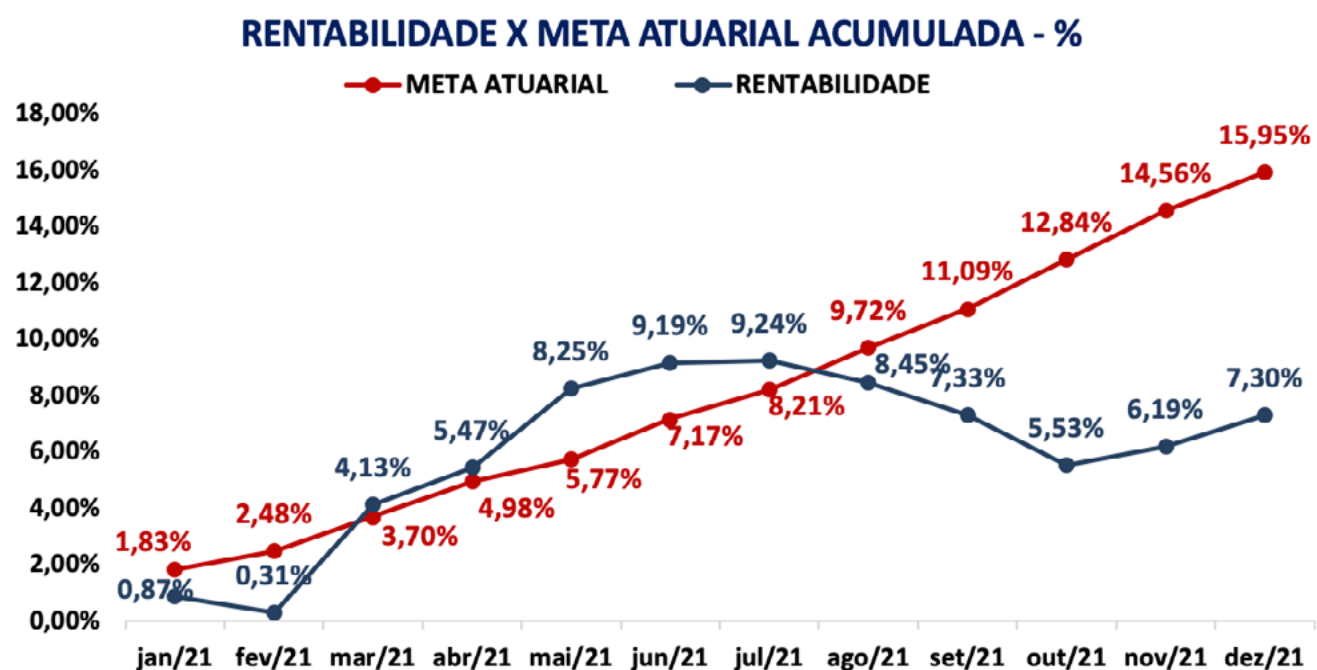
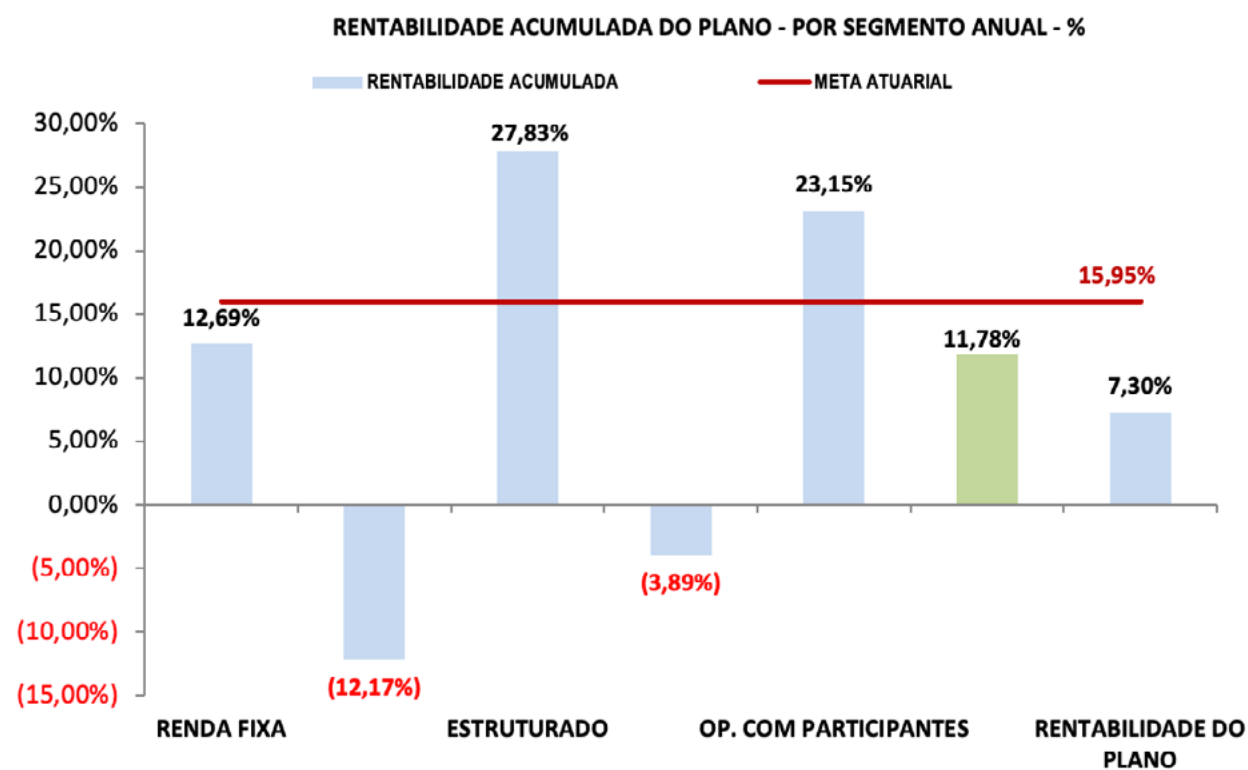


GRÁFICO 21. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO - BS



7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) da São Francisco é o instrumento que suporta as despesas administrativas previdenciais e de investimentos relativos à gestão dos planos de benefícios.

As receitas do PGA são compostas por recursos oriundos das fontes definidas nos respectivos regulamentos e planos de custeio: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, custeio administrativo decorrentes da gestão dos investimentos, taxa de administração de empréstimos a participantes e resultado dos investimentos dos recursos do próprio PGA.

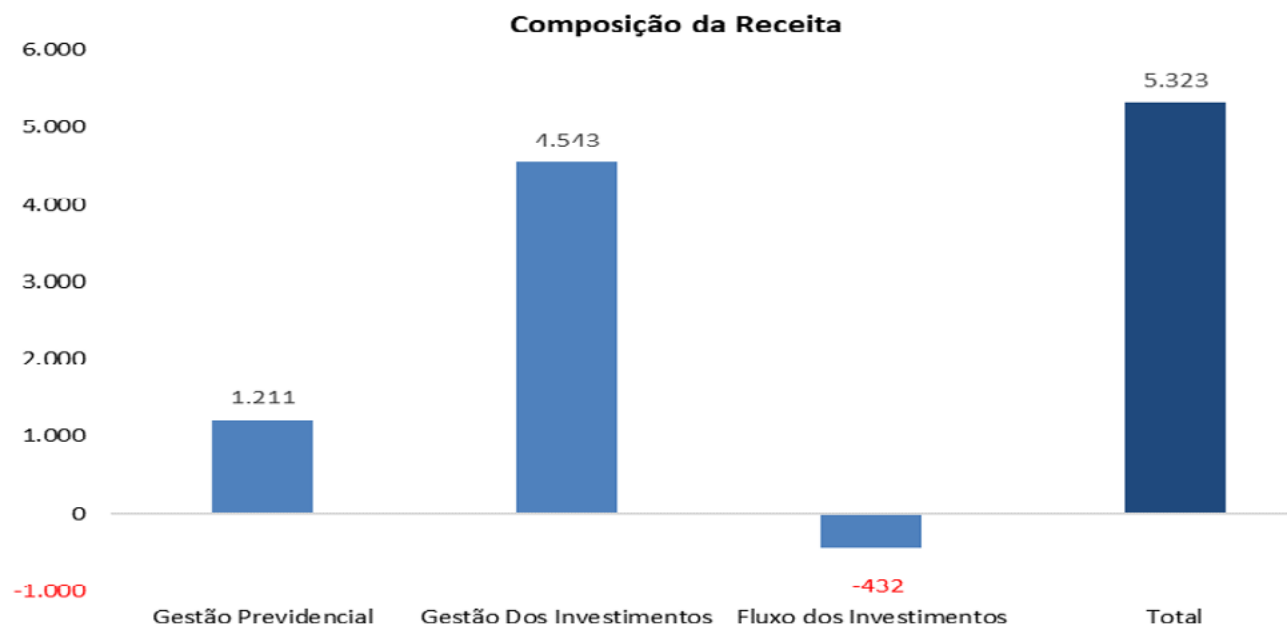
7.1 ADMINISTRAÇÃO

7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

7.1.1.1 Receitas

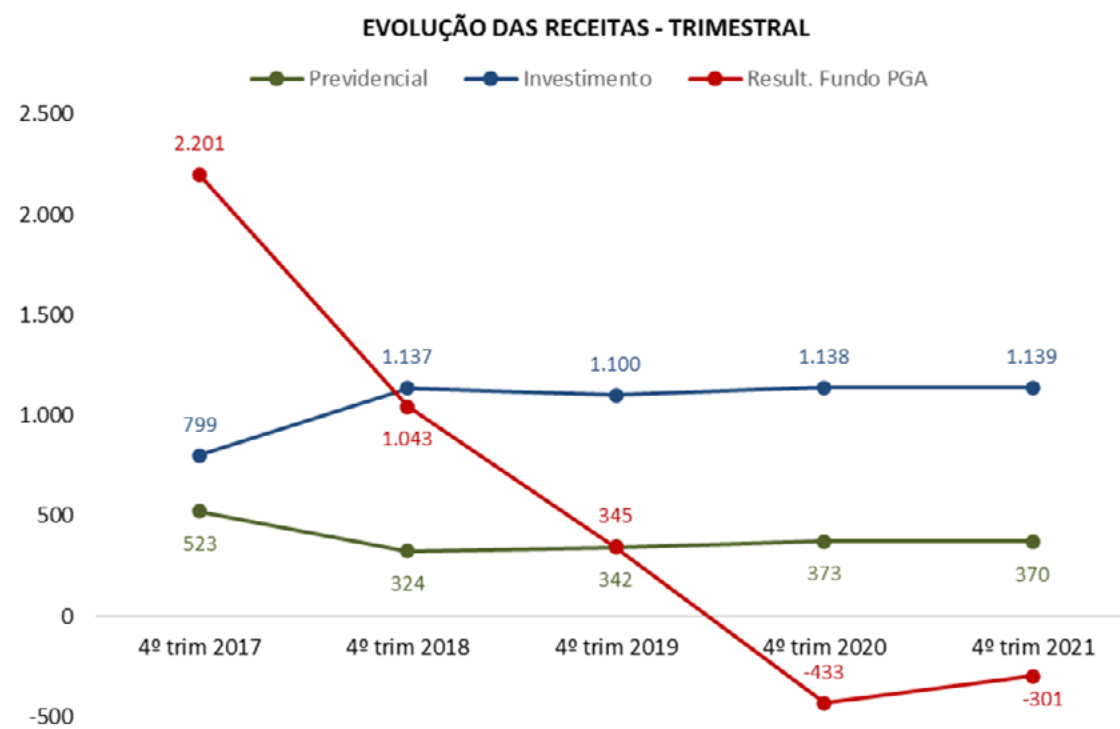
No Gráfico abaixo, apresentamos a receita acumulada até o 4º trimestre de 2021, na sua totalidade, segregada nas respectivas fontes, com valores em mil.

GRÁFICO 22. RECURSOS RECEBIDOS



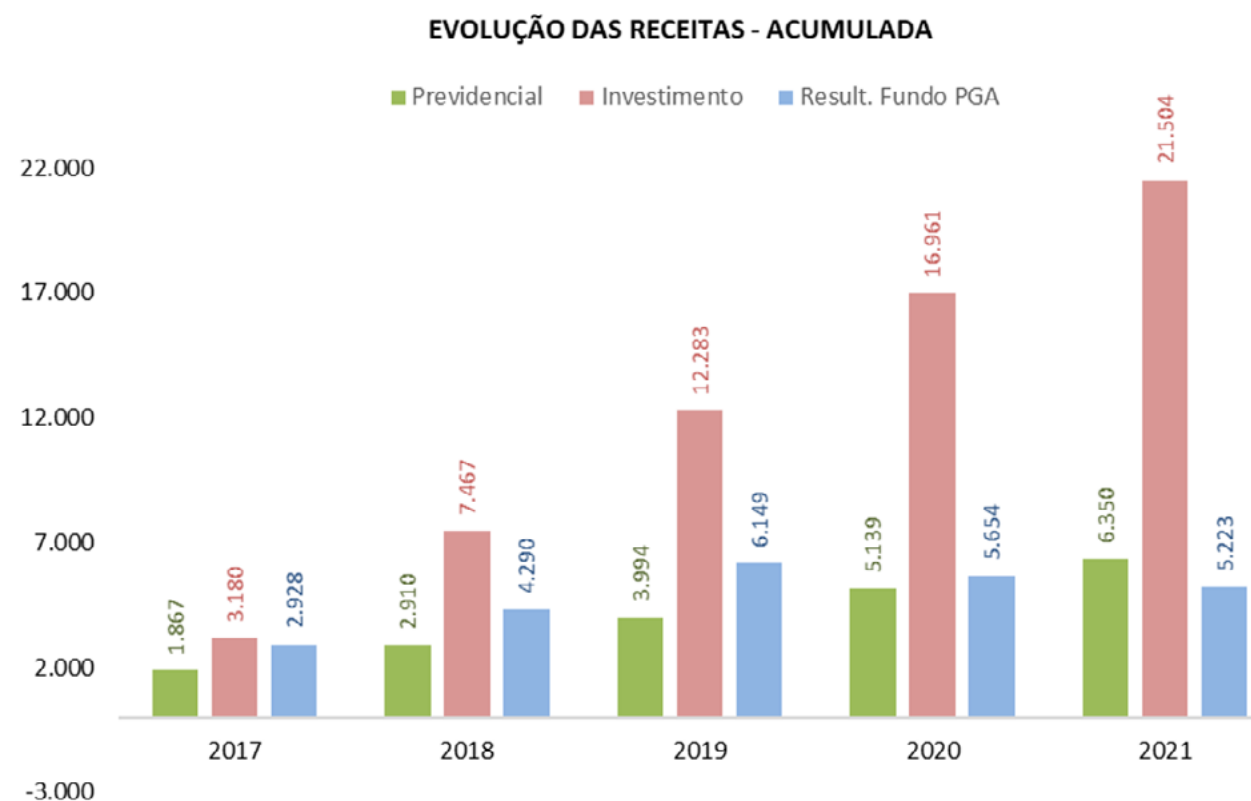
O gráfico abaixo demonstra o comportamento das receitas nos trimestres dos últimos cinco anos e faz um comparativo com o trimestre de referência.

GRÁFICO 23. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



O gráfico abaixo demonstra o comportamento das receitas acumuladas nos últimos cinco anos:

GRÁFICO 24. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS – ACUMULADA



7.1.1.2 Despesas

7.1.1.2.1 Limites

Os limites para as despesas administrativas são estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento de cada exercício e são acompanhados por intermédio de diversos indicadores de gestão do PGA e avaliados pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da São Francisco por ocasião das reuniões periódicas.

A São Francisco dispõe de sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre Gestão Administrativa Previdencial e a Gestão Administrativa de Investimentos.

7.1.1.2.2 Medidas de Otimização dos Recursos Destinados às Despesas Administrativas

Diante dos limitados recursos destinados às despesas administrativas, a Fundação São Francisco tem buscado racionalizar a gestão dos processos administrativos por meio de diversas medidas: otimização do quadro de pessoal, melhoria na governança e investimentos em tecnologia, renegociação dos contratos, redução dos gastos com serviços administrativos e material de escritório.

Abaixo, algumas das ações adotadas:

- Revisão dos índices de reajustes contratuais:

A Fundação São Francisco realizou uma minuciosa revisão dos índices de reajuste de seus contratos administrativos. Alguns contratos de prestação de serviços que previam reajustes com base no índice IGP-M

(Índice geral de preços de mercado), dentre outros, que vêm apresentando porcentagens de correções que não acompanham o cenário econômico atual, já foram aditivados alterando o índice para o que melhor se adequa ao momento atual.

Como exemplo, citamos a empresa prestadora de serviços de licença de uso dos sistemas ERP, que previa o reajuste contratual anual com o índice IGP-M (24,85%). Dentre as negociações ficou estabelecido um novo valor contratual com reajuste futuro baseado no índice INPC (Índice nacional de preços ao consumidor). Essa medida ocasionou uma redução no reajuste no valor de R\$ 3.469,12 mensais e R\$ 41.629,44 anual.

Valor antes do reajuste: R\$ 27.928,41 mensais

Valor com reajuste no IGP-M: R\$ 34.868,62 mensais

Novo valor contratual: R\$ 31.399,50 mensais

Podemos destacar ainda o contrato de consultoria atuarial, cujo índice anteriormente estabelecido era o IGP-DI (Índice geral de preços – Disponibilidade Interna) e apresentou o percentual de reajuste de 34,54%. Foi proposta a troca deste índice pelo IPCA (Índice nacional de preços do consumidor amplo) que apresentou o percentual de reajuste de 8,34%. A troca propiciou uma redução no reajuste de R\$ 5.515,29 mensais e R\$ 66.183,48 anual.

Valor antes do reajuste: R\$ 21.053,32 mensais

Valor com reajuste no IGP-DI: R\$ 28.325,91 mensais

Valor com reajuste no IPCA: R\$ 22.810,62 mensais

Outro caso diz respeito a empresa de telefonia e internet dedicada, onde o índice de reajuste

era o IGP-M e apresentou o percentual de reajuste de 32,01%. Foi proposta a troca deste índice pelo IPCA (Índice nacional de preços do consumidor amplo) que apresentou o percentual de reajuste de 7,31%. A troca propiciou uma redução no reajuste de R\$ 706,09 mensais e R\$ 8.473,08 anual relacionado à internet e R\$ 540,00 mensais e R\$ 6.480,00 anual relacionado à telefonia.

Internet - Valor antes do reajuste: R\$ 2.850,13 mensais

Valor com reajuste no IGP-M: R\$ 3.762,60 mensais

Valor com reajuste no IPCA: R\$ 3.056,51 mensais

Telefonia - Valor antes do reajuste: R\$ 1.730,00 mensais

Valor com reajuste no IGP-M: R\$ 2.396,49 mensais

Valor com reajuste no IPCA: R\$ 1.856,49 mensais

- Rescisão do sistema "Renda Variável":

Mediante a finalização de alocação de recursos dos Planos e a eliminação das Carteiras Próprias dos planos no Segmento de Renda Variável, foi solicitada a rescisão do sistema de renda variável, dado que a integração dos Fundos onde foram alocados os recursos será realizada pelo Sistema de Renda Fixa. A rescisão do módulo resultou na diminuição mensal de R\$ 2.791,79 e R\$ 33.501,48 anual.

- Substituição da empresa de gerenciamento eletrônico de documentos (GED):

Na busca de uma solução para a melhoria dos processos de trabalho, a Gerência de Administração pesquisou junto ao mercado uma

solução que propiciasse a gestão do acervo documental e dos processos com segurança, controle e rastreabilidade, originalmente eletrônicos ou que fossem convertidos à forma digital. O antigo sistema não estava atendendo as necessidades da Fundação pois era um mero repositório de documentos digitalizados e de consulta dos documentos arquivados naquela empresa.

Dentre as diversas soluções analisadas a que mais se adequou aos requisitos estabelecidos (preço, funcionalidade, instituições que utilizam a ferramenta, atendimento etc.) pela Gerência de Administração foi a empresa APP SERVICE quanto ao fornecimento de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos e digitalização de documentos sob demanda. Essa troca resultou numa economia mensal de R\$ 2.539,43 e R\$ 30.473,16 anual.

Contrato antigo: R\$ 3.819,43

Novo contrato: R\$ 1.280,00

- Mudança de plano de saúde dos empregados da FSF:

O contrato junto à antiga operadora se tornou inviável por apresentar índices de reajuste fora da realidade do cenário econômico vivenciado. Com isso, após estudos junto às corretoras de planos de saúde, foi identificado que o plano de saúde da Bradesco oferecia vantagem financeira sem perder a qualidade do serviço prestado. A troca propiciou uma economia mensal de R\$ 7.028,75 mensais e R\$ 84.345,00 anual para o empregador e R\$ 2.821,29 mensais e R\$ 33.855,48 anual para os empregados. **

SulAmérica: R\$ 47.421,35 sendo, R\$ 13.827,35 empregado e R\$ 33.593,73 empregado);

Bradesco Saúde: R\$ 37.571,06 sendo R\$

11.006,06 empregado e R\$ 26.564,98 empregador.**

**Valores podem ser alterados conforme novas inclusões/exclusões e mudanças de faixas etárias.

Nesse aspecto, a prioridade da Fundação São Francisco tem sido a manutenção da qualidade e modernização do serviço, de modo a obter a satisfação dos nossos participantes e facilitar a rotina dos nossos colaboradores.

O Gráfico 109 mostra a distribuição das despesas realizadas, acumuladas até o 4º trimestre em valores absolutos. O dado seguinte faz referência ao percentual de participação de cada despesa.

GRÁFICO 25. DESPESAS REALIZADAS – R\$

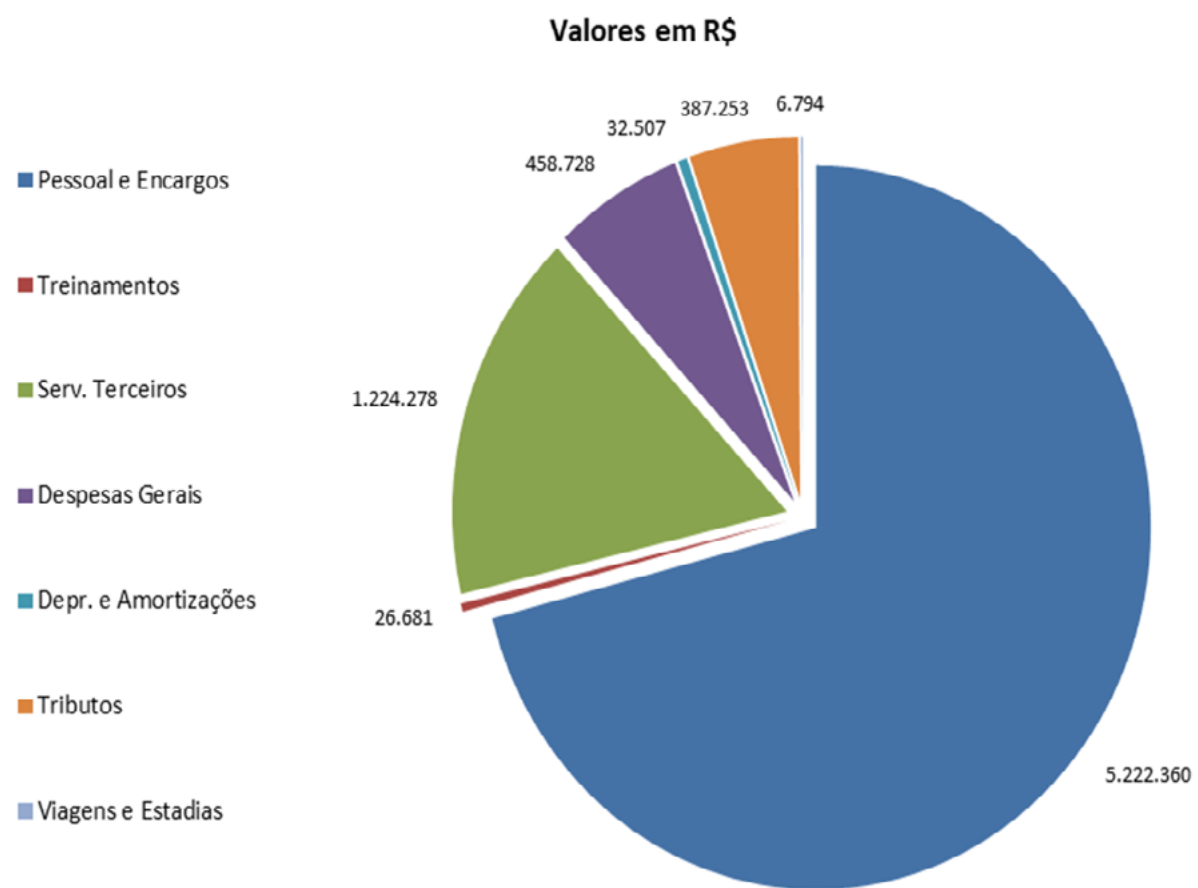
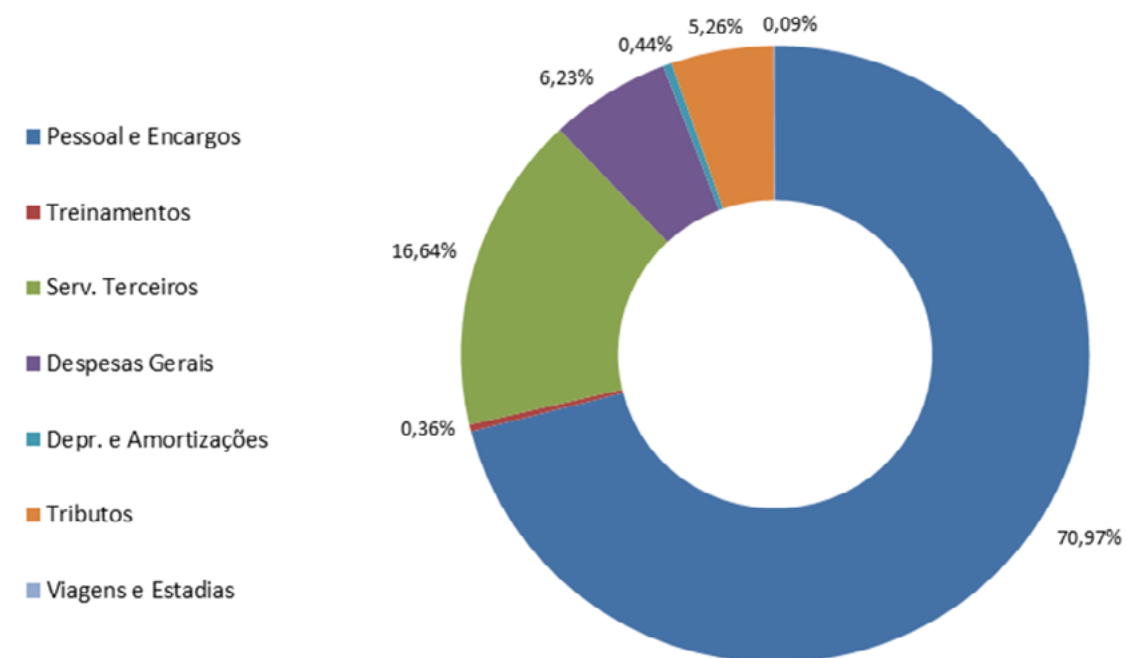


GRÁFICO 26. DESPESAS REALIZADAS - %



Em relação aos dados históricos, os gráficos que seguem, demonstram o comportamento das despesas ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, segregados em percentual de participação em relação a despesa total, dados comparativos de cada trimestre do período e, por fim, o acumulado em valores absolutos.

GRÁFICO 27. DESPESAS REALIZADAS – HISTÓRICO %

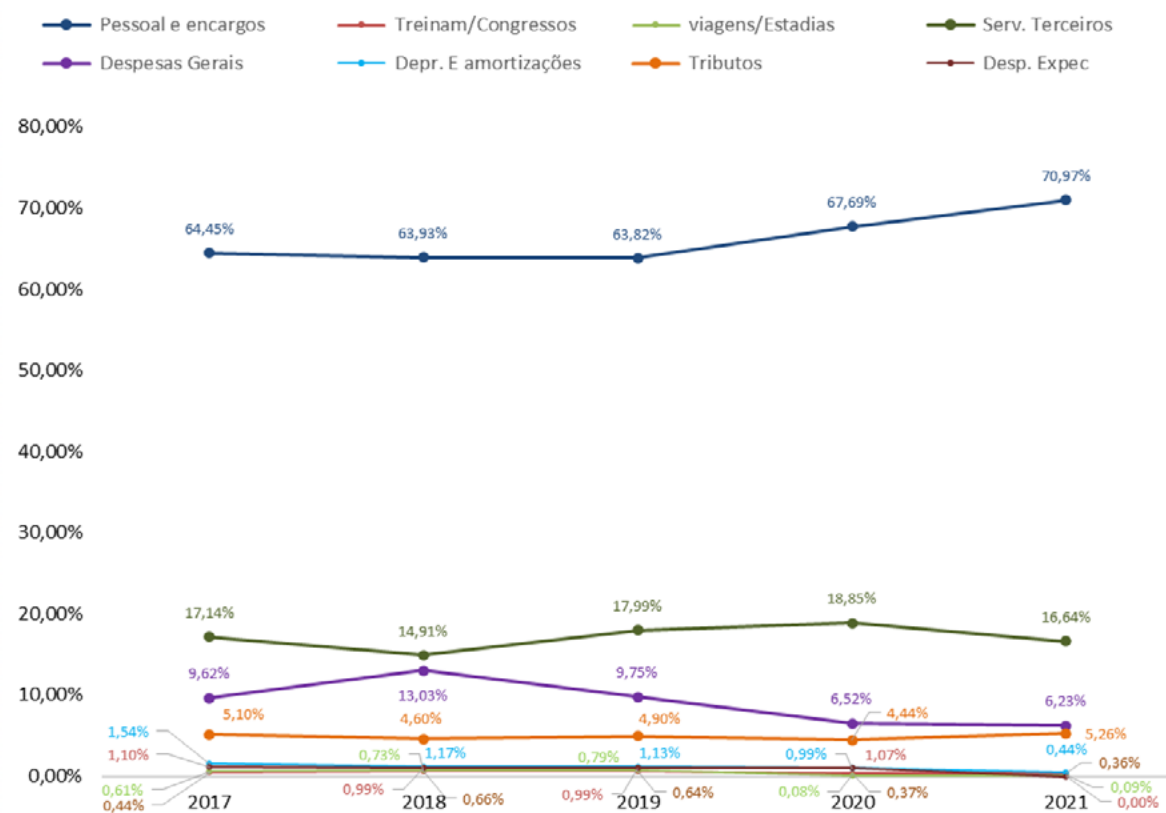


GRÁFICO 28. HISTÓRICO DA DESPESA COMPARATIVO - TRIMESTRE

Histórico da Despesa - Trimestre

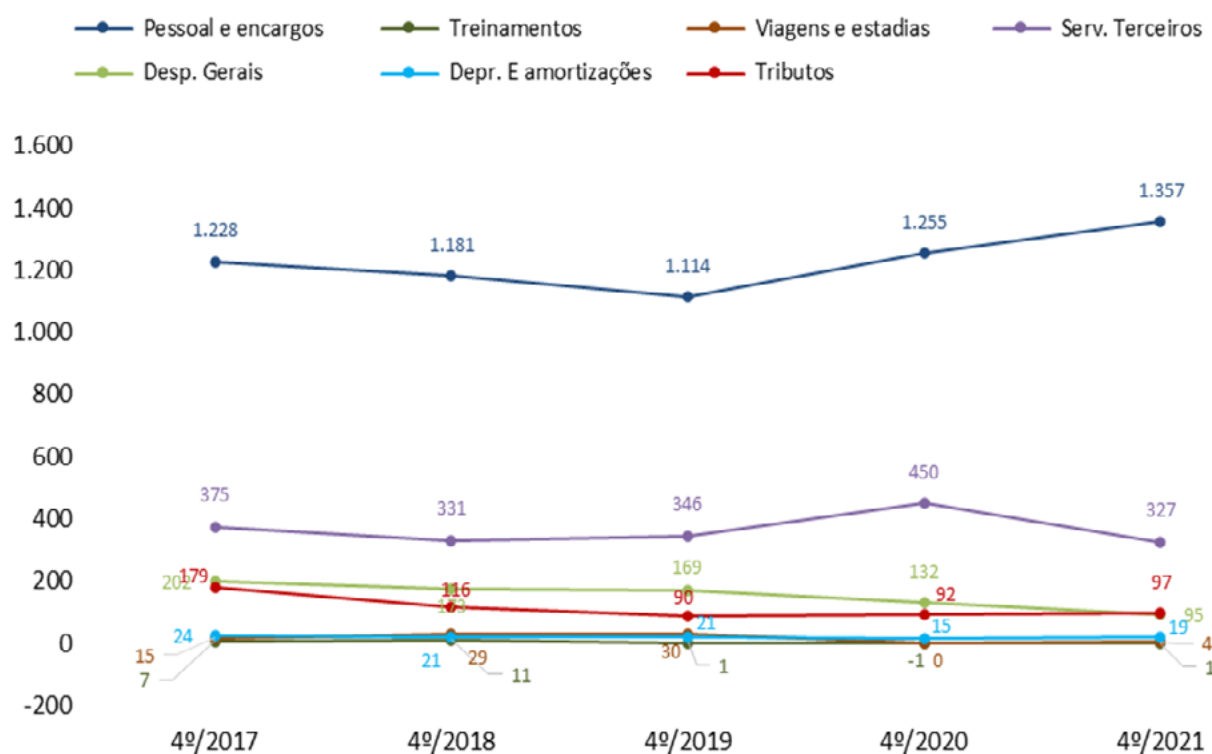
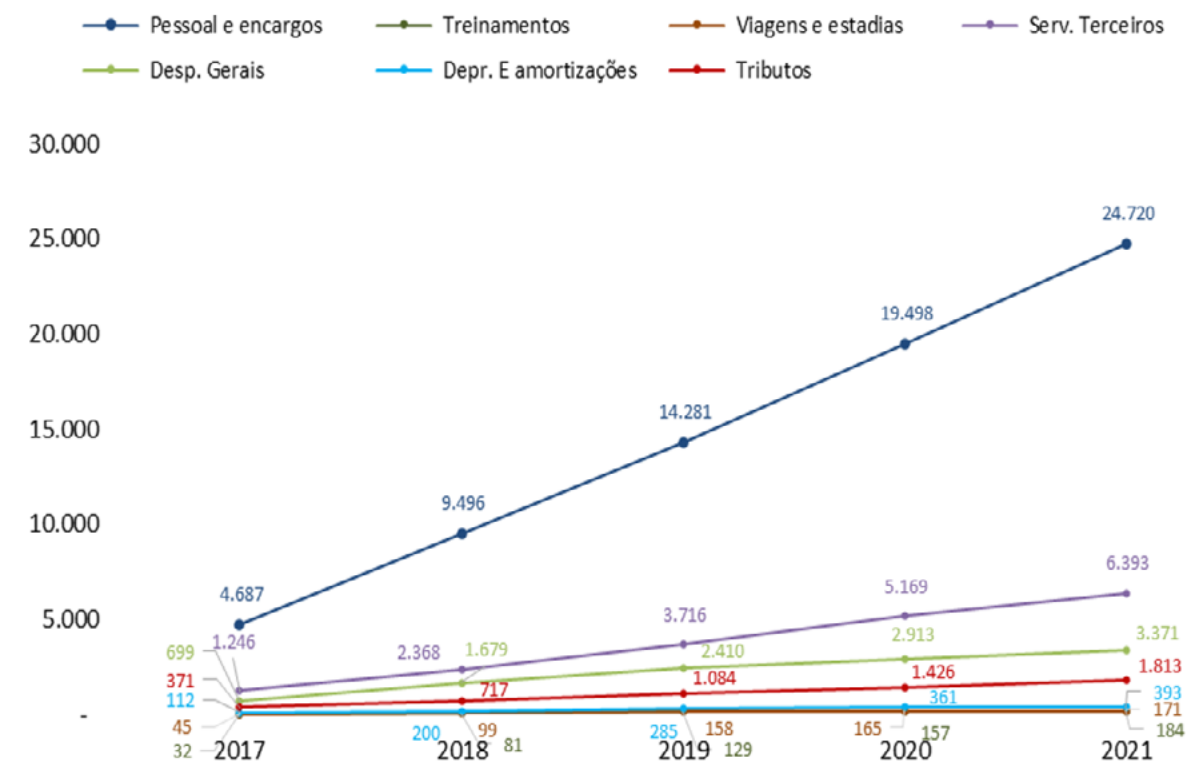


GRÁFICO 29. HISTÓRICO DA DESPESA COMPARATIVO – ACUMULADO



7.1.1.3 Custeio

QUADRO 13. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

Descrição	Gestão Previdencial	%	Gestão Investimentos	%	Resultado Aplicação	%	Total	%
Receita	1.211.423,69	22,76	4.543.316,01	85,35	(431.700,76)	(8,11)	5.323.038,94	100
Despesa	3.123.219,94	42,44	4.235.380,66	57,56	-	-	7.358.600,60	100
Diferença	(1.911.796,25)		307.935,35		(431.700,76)		(2.035.561,66)	

No quarto trimestre, observa-se que as receitas obtidas por meio da Gestão Previdencial e Gestão dos Investimentos, somadas ao Rendimento das Aplicações do Fundo Administrativo foram insuficientes para fazer face às Despesas, sendo necessária a reversão de recursos do Fundo Administrativo do PGA, no montante de R\$ 2.035.561,66.

7.1.1.4 Fundo Administrativo

Define-se como fundo administrativo o patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo, adicionadas receitas provenientes da arrecadação, das taxas administrativas dos empréstimos e dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras do próprio Fundo Administrativo. O Fundo tem por objetivo cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela São Francisco na administração dos Planos de Benefícios Previdenciais, na forma dos seus regulamentos, quando as arrecadações não se demonstram suficientes (reversões).

O comportamento das despesas e a representação das fontes de recursos para a gestão da entidade até o trimestre consolida um montante de entrada de R\$ 5.323 mil, contra uma despesa de R\$ 7.359 mil, havendo a necessidade de Reversão do Fundo Administrativo de R\$ 2.036 mil.

7.1.1.5 Execução Orçamentária

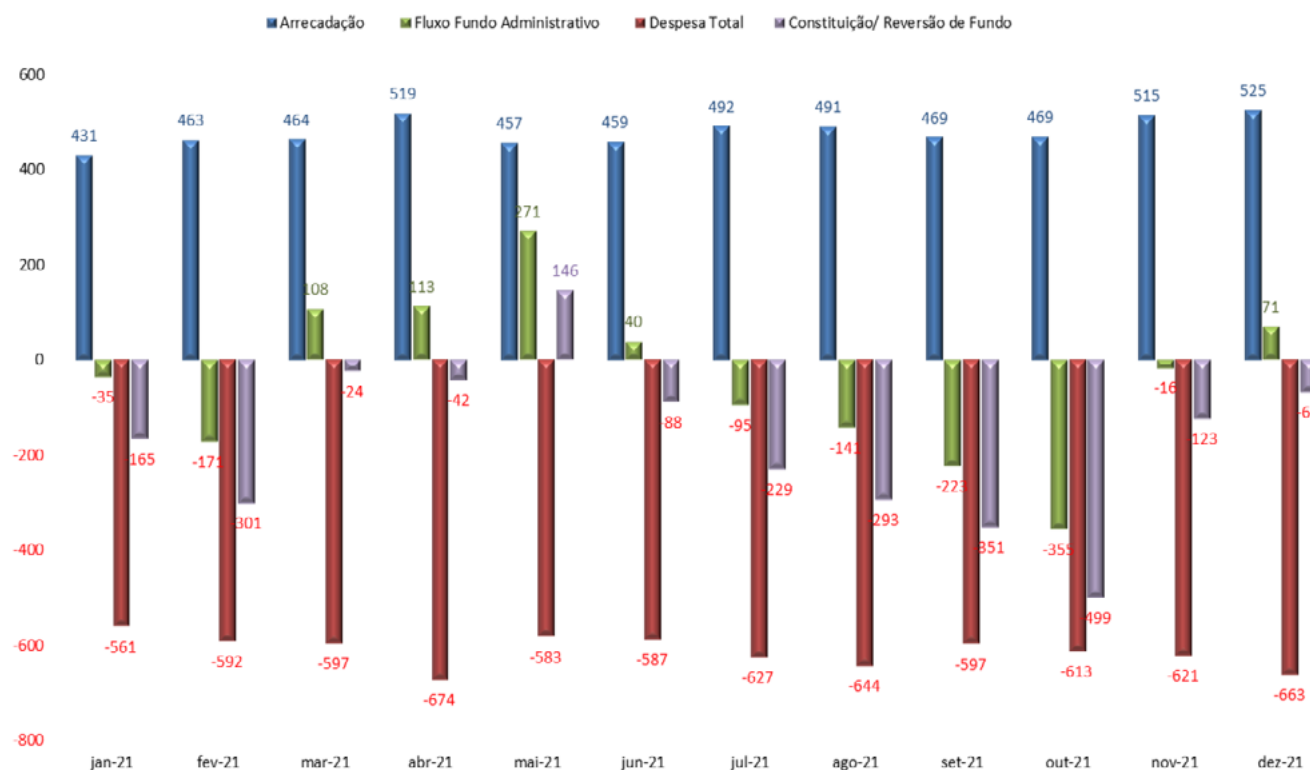
O acompanhamento orçamentário traz um comparativo entre as despesas realizadas até o quarto trimestre do exercício e o orçamento aprovado para o ano de 2021, evidenciando que as despesas realizadas ficaram abaixo do planejado no montante de R\$ 502.763,04.

QUADRO 14. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	NO ANO		
	PROJETADO	REALIZADO	% EXECUTADO
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.863.122,64	7.360.359,60	93,61%
PESSOAL E ENCARGOS:	5.555.619,48	5.222.360,02	94,00%
- DIRIGENTES	1.612.218,24	1.698.007,74	105,32%
- PESSOAL PRÓPRIO	3.943.401,24	3.524.352,28	89,37%
TREINAMENTOS - CONGRESSOS - SEMINÁRIOS	57.386,88	26.680,99	46,49%
VIAGENS E ESTADIAS	59.377,56	6.794,11	11,44%
SERVIÇOS DE TERCEIROS:	1.292.845,68	1.226.037,08	94,83%
- Serviços Atuariais (Jesse Montello)	255.678,12	270.316,89	105,73%
- Serviços Jurídicos (DCA; Bocater; Vitor)	61.836,00	57.344,58	92,74%
- Recursos Humanos (Soma Desenvolvimento)	0,00	4.026,59	-100,00%
- Tecnologia da Informação (Sistemas de suporte/Equipamentos)	667.664,84	691.438,39	103,56%
- Gestão e Planejamento Estratégico (Junqueira)	62.316,08	18.157,90	29,14%
- Auditoria Contábil (Baker Tilly)	18.810,00	45.000,00	239,23%
- Consultoria de Investimentos (I9 Advisory)	120.000,04	126.143,88	105,12%
- Conservação/Manutenção (Manut. de equipamentos/repares da estrutura física)	36.544,60	10.832,56	29,64%
- Outros (LGPLD)	69.996,00	2.776,29	3,97%
DESPESAS GERAIS	465.624,36	458.727,74	98,52%
- Manutenção (Material Expediente; Copa; Gráficas; Correios; Cartório; TX Bco)	230.423,76	243.958,02	105,87%
- Infraestrutura (Energia; Telefone; Condomínio; Imposto; Seguros)	187.517,64	169.329,32	90,30%
- Entidades do Setor (Contribuições da Abrapp; Sindapp)	38.980,80	40.164,40	103,04%
- Certificações (ICSS)	8.702,16	5.276,00	60,63%
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	84.268,68	32.506,67	38,58%
TRIBUTOS	348.000,00	387.252,99	111,28%
- Pis/Cofins e IPTU	252.000,00	295.752,99	117,36%
- Tatic	96.000,00	91.500,00	95,31%

■ Total das despesas administrativas (Projetado x Realizado)
■ Ultrapassou o projetado para o ano.
■ Orçamento projetado e não realizado até o momento.

GRÁFICO 30. FLUXO RECEITAS E DESPESAS



Os gastos administrativos se situaram abaixo da previsão orçamentária, onde as despesas ordinárias acusaram apenas diferenças decorrentes de estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto, sujeitas a pequenas oscilações para maior ou para menor, fazendo com que o dimensionamento desses gastos não seja exato. Destacam-se algumas despesas realizadas até o trimestre de referência:

- Dirigentes: ressarcimento através da nota de débito, competência outubro/21 referente à encargos sociais dos dirigentes cobrados a menor no ano de 2020 no valor total de R\$ 24.821,30.

- Serviços atuariais: reajuste de 8,3469% (IPCA) no contrato de consultoria atuarial ocasionando a diferença entre o orçado e o realizado.

- Recursos Humanos: contratação não programada da empresa SOMA DESENVOLVIMENTO no valor de R\$ 4.026,59 para seleção de um analista para a gerência de Benefícios.

- Tecnologia da Informação: renovação do pacote office 365 no valor de R\$ 21.559,75.

- Auditoria Contábil: em 04/21 a Baker Tilly encaminhou, em atraso, as faturas referentes aos relatórios de auditoria independente das competências 06/20 e 12/20, ocasionando a diferença apurada (R\$ 26.190,00).

- Consultoria de investimentos: contratação de consultoria para estudo de impacto de redução da taxa da meta atuarial no valor de R\$ 12.000,00.

- Manutenção: digitalização de todos os documentos físicos relacionados aos participantes ativos e assistidos dos planos de benefícios no valor de R\$ 25.729,00.

- Entidades do setor (Contribuições associativas ABRAPP/SINDAPP): estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto, sujeitas a pequenas oscilações.

- Tributos (Pis/Cofins/ I P T U) : estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto, sujeitas a pequenas oscilações.

Verifica-se que a projeção orçamentária no ano de 2021 se manteve aderente à despesa, embora tenham ocorridos gastos não previstos.

7.2 INVESTIMENTO

7.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO, necessários para a gestão dos Planos de Benefícios.

GRÁFICO 31. ENQUADRAMENTO LEGAL

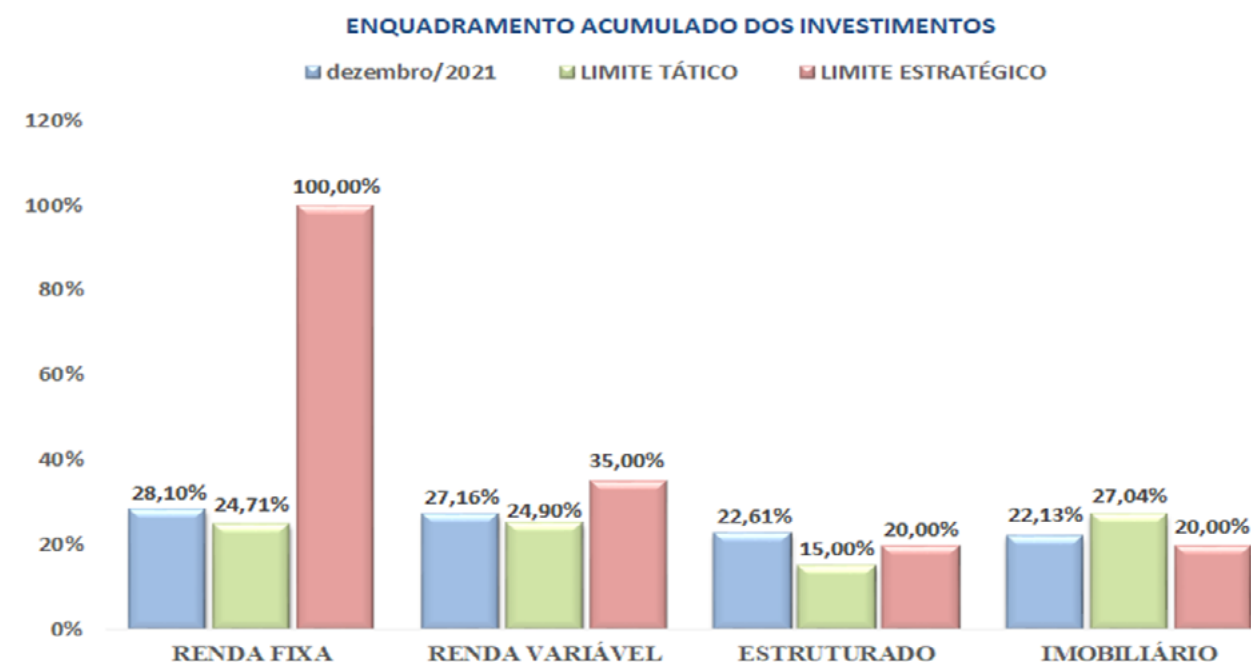


TABELA 7. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2020 x 2021 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2020		dezembro/2021		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	4.692.715,66	37,51%	2.915.277,96	28,10%	24,71%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	3.239.108,29	25,89%	2.818.168,15	27,16%	24,90%	35,00%	70,00%
ESTRUTURADO	2.269.846,32	18,14%	2.346.119,11	22,61%	15,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	2.310.100,00	18,46%	2.296.147,79	22,13%	27,04%	20,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8,35%	10,00%	10,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	12.511.770,27	100%	10.375.713,01	100%	100%		
(+) Disponível - Conta 101	14.218,36	VARIACÃO NOMINAL	28.927,21				
(-) Exigível de Investimentos-Conta 20103	0,00		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	12.525.988,63		10.404.640,22				

7.2.2 Rentabilidade

O Plano de Gestão Administrativa - PGA, registrou rentabilidade negativa no 4º trimestre de 2021 de (2,69%). Descontada a Taxa de Referência (INPC+4,28% a.a.) que atingiu 3,84%, o desempenho dos Ativos de Investimentos ficou abaixo do Mínimo Referencial em 6,52 pontos-base. Com este resultado no período analisado, a Rentabilidade Acumulada do Plano no ano foi negativa de (5,44%). Descontada a Taxa Referencial registrada no período (INPC+4,28% a.a.), que atingiu 14,88%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do “Mínimo Referencial” em 20,32 pontos-base.

TABELA 8. RENTABILIDADE ACUMULADA POR PERÍODO

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2021			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,48%	1,38%	(0,05%)	(0,05%)
RENDA VARIÁVEL	2,22%	(10,89%)	(12,99%)	(12,99%)
ESTRUTURADO	0,00%	0,76%	3,37%	3,37%
IMOBILIÁRIO	(0,21%)	(0,52%)	(10,61%)	(10,61%)
RENTABILIDADE DO PLANO	0,67%	(2,69%)	(5,44%)	(5,44%)
TAXA DE REFERÊNCIA	1,08%	3,84%	14,88%	14,88%
DIVERGÊNCIA	(0,41%)	(6,52%)	(20,32%)	(20,32%)

GRÁFICO 33. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

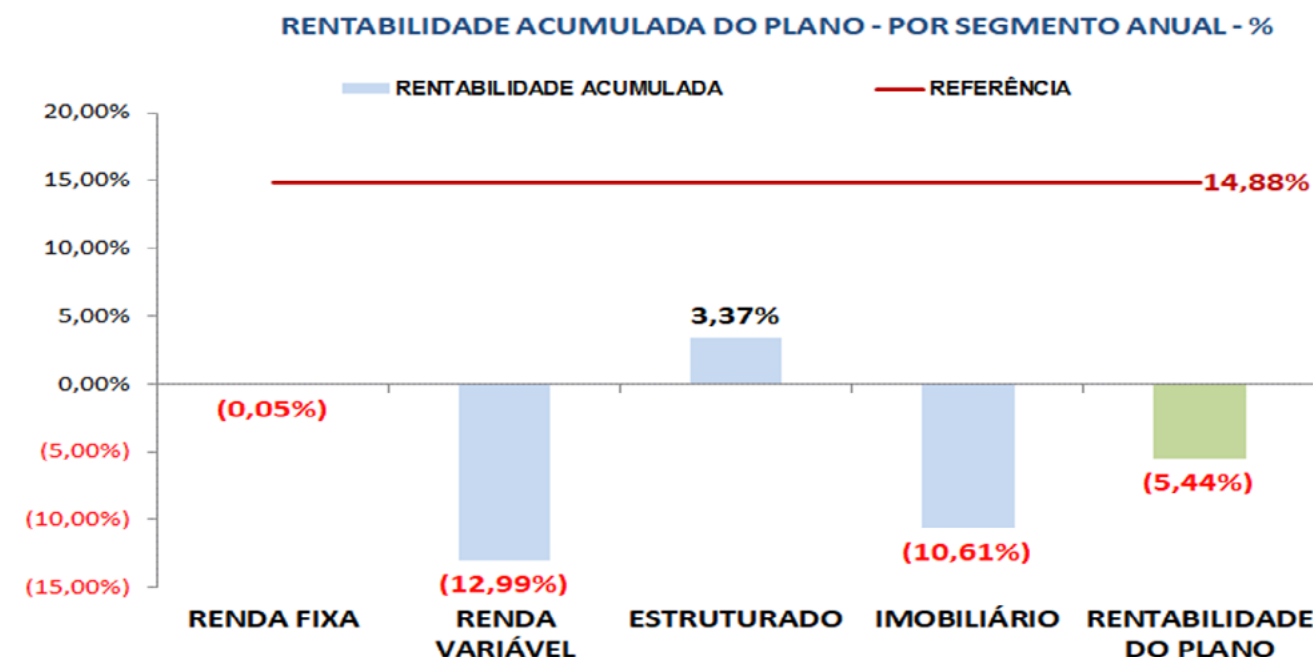
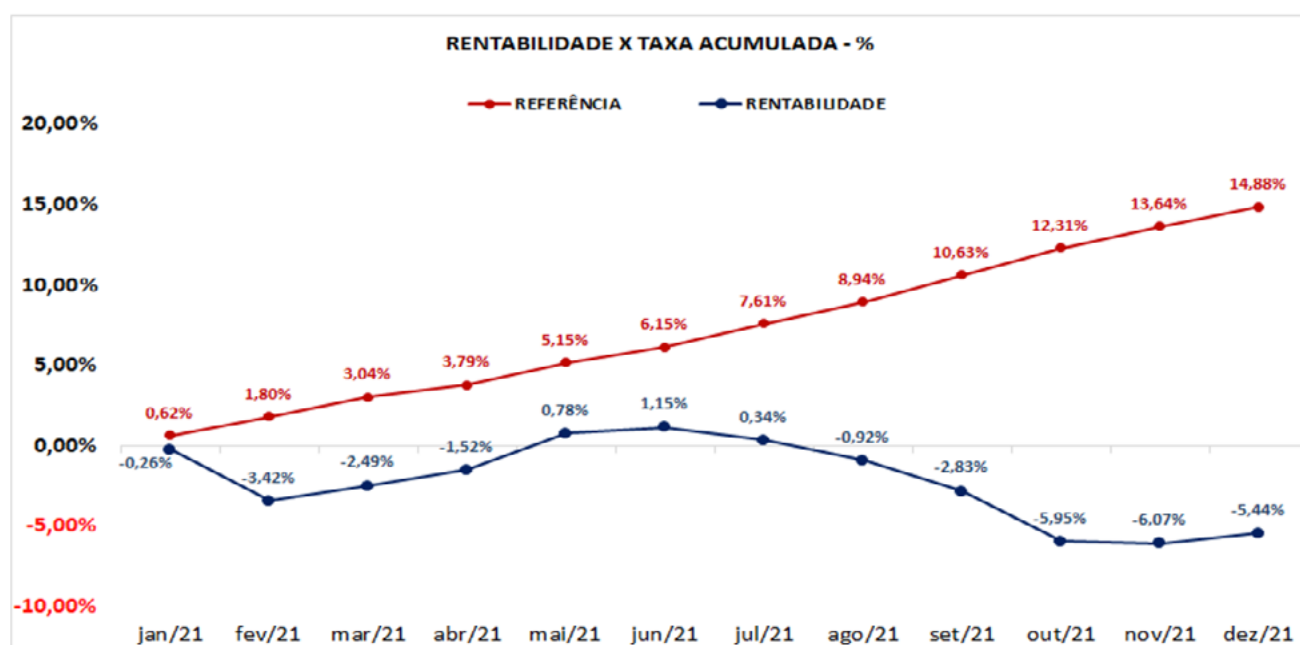


GRÁFICO 32. RENTABILIDADE ACUMULADA COMPARATIVA



7.1 CONTÁBIL

QUADRO 15. BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mi

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2021	2020		2021	2020
DISPONÍVEL	29	14	EXIGÍVEL OPERACIONAL	716	753
	29	14	Gestão Administrativa	716	753
REALIZÁVEL	12.641	14.707	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.466	5.466
Gestão Administrativa	4.562	4.505	Gestão Administrativa	5.466	5.466
Investimentos	8.079	10.202			
Títulos Públicos	-	4.577			
Fundos de Investimento	8.079	5.625			
Fundo de Renda Fixa	2.915	-			
Fundo de Ações	2.818	-			
Fundo Multimercado	2.346	-			
PERMANENTE	2.345	2.366	PATRIMÔNIO SOCIAL	8.833	10.868
Imobilizado	2.345	2.366	FUNDOS	8.833	10.868
Diferido	-	1	Fundos Administrativos	8.833	10.868
TOTAL DO ATIVO	15.015	17.087	TOTAL DO PASSIVO	15.015	17.087

7.1.1 Composição do Ativo

7.1.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 79 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Férias – R\$ 112 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 405 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.893 mil.

Na letra “a”, os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de dezembro/2021, as quais serão liquidas no mês de janeiro/2022.

A letra “b” refere-se à provisão de adiantamento de férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de janeiro/2022. Os valores foram provisionados em dezembro/2021 nos Planos de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como receita a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 525 mil e R\$ 3.235 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo JCMB Advogados e Consultores.

7.1.1.2 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 16. POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Plano de Gestão Administrativa	dez/21	dez/20	AVALIAÇÃO		Horizontal em relação a 2021
			Vertical 2021	Vertical 2020	
Investimentos	8.079	10.202			
Títulos Públicos	0	4.577	0,0%	44,9%	-100%
Fundos de Investimento	8.079	5.625	100,0%	55,1%	44%
Multimercado	2.346	2.270	29,0%	22,2%	3,4%
Fundo de Ações	2.818	3.239	34,9%	31,8%	-13,0%
Renda Fixa	2.915	116	36,1%	1,1%	2410,3%



www.franweb.com.br
saofrancisco@franweb.com.br

0800 722 5253

Escritório
SBN Quadra 2 Bloco:
H Edifício Central Brasília
8º Andar

